

## Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Relatório nº 99/2021/SPG-e

**RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ANP Nº 20/2021****1. Assunto**

1. A Audiência Pública nº 20/2021 foi realizada com o propósito de obter, dos entes beneficiários e outros interessados, contribuições sobre a minuta de acordo para encerramento da controvérsia envolvendo o recolhimento de *royalties* referentes à produção de petróleo e gás na Unidade de Industrialização do Xisto - SIX, da Petrobras, localizada na cidade de São Mateus do Sul, no Paraná.

2. Também teve o objetivo de dar publicidade e transparência às ações da ANP nesse acordo.

**2. Local e data**

3. A Audiência Pública ocorreu, em 09 de novembro de 2021, de 14:00 às 17:15, presencialmente na Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR, virtualmente, por meio do aplicativo Microsoft Teams, e pelo canal da ANP no YouTube.

**3. Componentes da Mesa**

4. A mesa da Audiência Pública nº 20/2021 foi composta por Dirceu Cardoso Amorelli Junior, Diretor da ANP, como presidente; Thiago Neves de Campos, Superintendente de Participações Governamentais da ANP, como secretário; e Evandro Pereira Caldas, Procurador-Geral da ANP.

**4. Participantes**

5. Estiveram presentes na audiência: 152 pessoas presencialmente (SEI 1791115), 20 pelo Teams (SEI 1791123) e 862 assistiram através do canal oficial da ANP no YouTube.

6. No evento, foram ouvidos 16 expositores previamente inscritos (SEI nº 1791134), mais 3 expositores que as falas foram permitidas durante a audiência pública, mais 2 expositores com apresentações técnicas das partes envolvidas no acordo: ANP e Petrobras, totalizando 21 exposições na audiência.

7. O perfil dos expositores pode ser verificado na tabela abaixo:

**Tabela 1: Contagem de contribuições por perfil de participante**

Perfil do Participante	Número de Expositores
Agente Econômico	1
Órgão de Classe ou Associação	8
Instituição Governamental	5
Usuário ou Outros	7

8. Os senhores Arilson Maroto Chiato, Deputado Estadual, Nizaor Cruz Ennes Junior, Junior Benato, Prefeito de Inácio Martins – PR, e Fernando Vaccari Toppel, Presidente da IG-Mathe São Mateus do Sul, se inscreveram, mas não realizaram exposição na audiência pública.

**5. Contribuições recebidas**

9. No período de consulta pública e durante a audiência pública foram recebidas 37 contribuições, por 14 manifestantes, conforme detalhado no Documento SEI nº 1791455.

10. Todas as contribuições serão devidamente respondidas e constarão do processo 48610.200620/2021-28.

## 6. Relato dos fatos ocorridos na Audiência

11. A íntegra do evento pode ser obtida através do link <https://www.youtube.com/watch?v=jCBefDI9e9w>.

### 6.1. Abertura da Audiência - Dirceu Cardoso Amorelli

12. Dirceu Amorelli, Presidente da Audiência, Diretor da ANP, abre a audiência às 14:00.

13. Em suas considerações iniciais, Dirceu Amorelli cumprimenta todas as autoridades, na figura da Excelentíssima Senhora Fernanda Garcia Sardanha, Prefeita de São Mateus do Sul –PR, representantes do governo, do judiciário, da indústria, da sociedade civil local e de todos os interessados no tema. Congratula, também, o Superintendente de Participações Governamentais da ANP, Thiago Campos, e o Procurador-Geral da ANP, Evandro Caldas.

14. Em ato contínuo, informa que o objetivo da audiência seria obter dos entes beneficiários e outros interessados, contribuições sobre a minuta de acordo para encerramento da controvérsia envolvendo o recolhimento de *royalties* de xisto na Unidade de Industrialização do Xisto - SIX, além de dar transparência a esse importante acordo.

15. Destaca que o tema remonta a uma discussão de pelo menos 20 anos, onde a questão relativa ao melhor enquadramento regulatório da atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural proveniente de xisto betuminoso foi levada as mais altas esferas jurídicas para que fosse dirimida.

16. Ressalta que a ANP e Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras tiveram um longo debate atinente ao pagamento dos *royalties* referentes à produção de petróleo e gás proveniente de xisto betuminoso em São Mateus do Sul – PR, tendo a empresa recentemente manifestado interesse em encerrar as pendências relacionadas ao pagamento desta participação governamental por meio de acordo consensual.

17. Nesse sentido, os termos do acordo para solução das controvérsias entre a ANP e Petrobras referentes aos pagamentos dos *royalties* foi colocado em consulta e audiência públicas, tendo como anexo o contrato de concessão para Exploração e Produção de Petróleo e Gás proveniente de xisto em São Mateus do Sul – PR.

18. Por fim, o Diretor Dirceu Amorelli informa que a ANP entende que o encerramento das controvérsias envolvendo o recolhimento de *royalties* sobre a lavra a produção de petróleo e gás proveniente de xisto e a assinatura do contrato de concessão terão grande impacto socioeconômico regional, tanto em relação à distribuição dos valores de *royalties* aos beneficiários, como na continuidade das atividades produtivas.

### 6.2. Procedimentos da Audiência Pública - - Dirceu Cardoso Amorelli

19. Passados os esclarecimentos iniciais, o presidente da audiência expõe as regras básicas e os procedimentos que conduziram os andamentos da audiência pública, conforme detalhamento constante na apresentação (SEI nº 1791477).

20. Dirceu Amorelli destaca ainda o compromisso de que todas as contribuições recebidas no período de consulta e audiência públicas seriam analisadas e justificadas pela ANP.

21. Informa também que os termos do acordo e pontos principais do contrato de concessão seriam objeto de duas apresentações técnicas a serem proferidas pelas partes envolvidas no acordo: ANP e Petrobras.

22. Logo depois, passa a palavra ao Secretário da Audiência Pública, Thiago Campos, responsável pela apresentação da ANP dos termos do acordo.

### **6.3. Apresentação da ANP – Thiago Neves Campos**

23. Thiago Campos, Superintendente de Participações Governamentais da ANP, realiza apresentação técnica detalhando os termos do acordo e do contrato de concessão.

24. Os seguintes assuntos foram abordados em sua apresentação:

#### 6.3.1. Objetivos

25. Thiago reforça que os principais objetivos da audiência seriam:

- a) obter contribuições sobre o acordo;
- b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

#### 6.3.2. Contribuições recebidas na consulta pública

26. Thiago Campos Informa que foram recebidas 37 contribuições durante o período de consulta pública, por 14 manifestantes.

27. Destaca que muitas das contribuições/dúvidas recebidas na consulta pública já seriam abordadas pela apresentação.

#### 6.3.3. Regras para apuração e distribuição de royalties

28. O superintendente apresenta a forma de apuração dos valores devidos de *royalties*, que são obtidos multiplicando-se três fatores:

- a) Alíquota;
- b) Produção mensal;
- c) Preço de Referência.

29. Sobre o preço de referência ressalta que o petróleo não é um produto homogêneo, e óleos produzidos de jazidas diferentes são comercializados por preços distintos de acordo com sua qualidade, medida por meio do seu grau API e da Curva PEV.

30. Destaca ainda que quanto melhor a qualidade do petróleo, maior o preço de referência, e maior o valor da produção para fins de recolhimento de *royalties*.

31. Em seguida apresenta quadro com os percentuais de repasse de *royalties* para os campos terrestres segundo legislação aplicável.

#### 6.3.4. Histórico da Controvérsia

32. Thiago Campos relata em sua apresentação como se desenvolveu todo o histórico da controvérsia envolvendo o recolhimento de royalties de xisto, destacando que:

- a Lei nº 9.478/1997 trouxe um novo Marco Legal para o setor do Petróleo, mas deixou de haver menção expressa à atividade de exploração e lavra de xisto betuminoso;
- diante dessa ausência de menção expressa, surgiu dúvida jurídica sobre a incidência de *royalties* previstos na referida lei;
- para não interromper a atividade foi publicada a Autorização ANP nº 102/2000, onde a questão dos *royalties* não foi tratada neste momento;

- a discussão quanto à competência regulatória passou anos sendo debatida no âmbito da administração pública;
- em outubro 2012, foi emitido Despacho do Ministério de Minas e Energia – MME contendo entendimento conclusivo sobre a incidência de royalties quanto a produção de petróleo e gás proveniente de xisto e encaminhamento para ANP realizar a cobrança;
- a partir da produção de dezembro de 2012, a Petrobras passou a recolher *royalties* sobre a produção de óleo e gás proveniente de xisto à alíquota de 5%;
- em janeiro de 2013, a Resolução de Diretoria ANP nº 697/2013 determinou a cobrança retroativa de *royalties*;
- em agosto/2013, a ANP realizou a cobrança dos royalties retroativos (Auto de Infração nº 804-110-0733-291971), para o período de dezembro/2002 a novembro/2012, utilizando a alíquota de 10%, usando o maior preço do país, totalizando o valor de: R\$ 211 milhões (principal) + juros e multa mora (PANP 234/2003). Valores esses que devem ser distribuídos aos beneficiários;
- a Petrobras ingressou com demanda judicial em face da ANP (Ação Ordinária nº 0032450-70.2013.4.02.5101), com a finalidade de anular ou reformar as decisões administrativas que culminaram na exigência de *royalties* sobre a lavra do xisto;
- tendo em vista que a empresa não efetuou tempestivamente o pagamento de royalties cobrado, a ANP lavrou o Auto de Infração nº 804-110-0733-434715, de 28/05/2014, no valor de R\$ 188.442.219,04, referente a multa administrativa de 50% do valor devido. Esses valores não são distribuídos aos entes beneficiários;
- a Petrobras iniciou novo processo judicial (Ação Ordinária n.º 0033068-44.2015.4.02.5101);
- além disso existe a cobrança adicional à alíquota de 5% a partir de dezembro de 2012, ainda não materializada em Auto de Infração na expectativa da definição de entendimento pelo poder judiciário;
- em março/2018, a Petrobras solicitou suspensão do processo judicial para possibilitar tratativas de acordo no âmbito administrativo;
- após ampla discussão técnica e jurídica entre ANP e Petrobras levou ao consenso de:
  - a) incidência de *royalties* e alíquota de 10% na inexistência de contrato;
  - b) apuração dos valores de *royalties* a partir dos preços mais próximos da qualidade do óleo e do gás de xisto;
  - c) aplicação dos encargos legais sobre a cobrança.
- acordo abrange a assinatura de contrato de concessão, de modo a garantir a continuidade da execução da atividade;
- solução definitiva das controvérsias administrativas e judiciais envolvendo o recolhimento de *royalties*.

#### 6.3.5. Minuta do acordo

33. O secretário da Audiência enfatiza que o acordo tem por objetivo o encerramento de todos os processos administrativos e judiciais relacionado à cobrança de *royalties* sobre a produção de óleo e gás de xisto da SIX e a celebração de contrato de concessão em substituição à Autorização ANP atual.
34. E que para esse acordo, a Petrobras propôs o pagamento de R\$ 564 milhões, a ser atualizado monetariamente até a assinatura do acordo, em 60 parcelas (atualizadas pela SELIC), sendo:
- I - *Royalties* retroativos (dez/02 – nov/12): R\$ 373 milhões
  - II - *Royalties* adicionais de 5% (dez/12 – atual): R\$ 117 milhões
  - III - Encargos Inscrição CADIN: R\$ 74 milhões
35. Informa que o Auto de Infração que apurou o valor da produção para fins de cálculo dos *royalties* retroativos, de dezembro/2002 a novembro/2012, levou em consideração o maior preço do



país.

36. Demonstra a forte correlação entre o preço e qualidade do óleo. Quanto melhor a qualidade do óleo, maior o preço de referência.

37. E ressalta que o óleo de xisto tem baixa qualidade, mas teve o auto de infração precificado pelo maior preço do país.

38. Nesse sentido, buscando uma conciliação no âmbito de um acordo, a ANP entendeu que poderia, para o período retroativo, considerar a real qualidade do óleo de xisto da SIX para o recálculo do montante.

39. Com isso, foram apurados novos valores para a produção e consequentemente os royalties devidos, para o período de dezembro/2002 a novembro/2012, utilizando a alíquota de 10%, usando o preço de referência da PEV da SIX, totalizando o valor de: R\$ 156 milhões (principal), que atualizados representam o montante de R\$ 373 milhões (principal + juros e multa mora (PANP 234/2003). Valores esses que devem ser distribuídos aos beneficiários.

40. Adicionalmente, no âmbito do acordo, ficou estabelecida cobrança adicional de 5% sobre os *royalties* recolhidos desde dezembro/2012, utilizando o preço de referência publicado pela ANP, totalizando o valor de: R\$ 78 milhões (principal), que atualizados representam o montante de R\$ 117 milhões (principal + juros e multa mora (PANP 234/2003). Valores esses que devem ser distribuídos aos beneficiários.

(R\$ milhões)	CONTROVÉRSIA				ACORDO			
	Principal	Principal + juros/multa*	Estado Paraná	São Mateus do Sul	Principal	Principal + juros/multa*	Estado Paraná	São Mateus do Sul
<i>Royalties</i> retroativos (10%) Dez/02—nov/12	211	504	309	88	157	373	228	65
<i>Royalties</i> adicionais (5%) Dez/12 – atual**	78	117	61	18	78	117	61	18
						Total	290	83
						Parcela (60x)	4,8	1,4

41. O secretário da Audiência destaca que os valores da parcela desse acordo para São Mateus do Sul – PR ficariam em patamares bem superiores aos valores repassados mensalmente de *royalties* ao município.

42. Ainda no âmbito do acordo, seriam cobrados também os encargos legais de inscrição em Dívida Ativa correspondem a 20% do valor atualizado do débito (art. 37-A, §1º, da Lei n.º 10.522/2002). Esse montante corresponde a R\$ 74 milhões (20% dos R\$ 373 milhões). Valores esses não distribuídos aos beneficiários.

43. Em relação a multa administrativa aplicada pela ANP, informa que, no âmbito do acordo, valor da multa não seria inserido no montante a ser pago pela Petrobras. Ressalta que o valor da multa administrativa não é distribuídos aos beneficiários, não tendo impacto para o estado do Paraná e o município de São Mateus do Sul – PR.

44. O secretário da Audiência informa que a assinatura do contrato de concessão faz parte do acordo, já que a Lei do Petróleo determina que as atividades de E&P de petróleo e gás natural sejam exercidas mediante contrato de concessão.

45. Observa ainda que foi utilizado como parâmetro o Contrato da Rodada Zero com os aprimoramentos dos contratos mais recentes (17ª Rodada).

46. Entre os principais aspectos desse contrato, destaca o prazo de 27 anos para produção e o estabelecimento da alíquota de *royalties* em 5%.

47. Em ato contínuo, explica, para a definição da alíquota de 5%, foi considerado que:

- a Lei 9.478/97, art. 47, tendo em conta os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes, permite a redução do valor dos *royalties* estabelecido para um montante correspondente a, no mínimo, cinco por cento da produção;
- a produção do óleo e gás objeto do contrato provém de uma acumulação não convencional (xisto ou folhelho pirobetuminoso);
- o processo da lavra envolve tecnologia avançada e de maiores custos operacionais;
- o Programa REATE definiu como objetivo estratégico: revitalizar as atividades de E&P em áreas terrestres; estimular o desenvolvimento local e regional; aumentar a competitividade da indústria petrolífera *onshore* nacional; e adequar os percentuais de *royalties* de novos contratos aos ambientes de elevado risco exploratório e baixo potencial petrolífero;
- a produção da SIX é baixa comparada aos principais campos produtores de petróleo e gás natural do país;
- os blocos em oferta na bacia do Paraná no Edital do Segundo Ciclo de Oferta Permanente estão sendo licitados com alíquota de *royalties* de 5%.

48. Por fim, informa que, tendo em vista as disposições acima mencionadas, que a ANP decidiu estabelecer a alíquota de 5% para o contrato de concessão a ser assinado.

#### 6.3.6. Próximas etapas

49. Thiago enumera as seguintes etapas a serem cumpridas após a Audiência Pública nº 20/2021:

- Avaliação das contribuições recebidas pela ANP
- Aprovação Diretoria ANP da versão final do Acordo e Contrato
- Aprovação do Ministro de Minas e Energia
- Aprovação do Advogado Geral da União
- Assinatura do Acordo e Contrato

50. Encerra a sua fala e passa a palavra ao presidente da audiência, Dirceu Amorelli.

51. A apresentação técnica realizada está disponível no Documento SEI 1791562.

52. De modo a continuar as atividades, Dirceu Amorelli chama o Rafael Monteagudo para efetuar a apresentação por parte da Petrobras.

#### **6.4. Apresentação da Petrobras – Rafael Monteagudo**

53. Rafael Monteagudo inicia a apresentação ressaltando a importância desse acordo para Petrobras, ANP, entes beneficiários e a sociedade em geral.

54. Em seguida, faz um relato sobre o histórico dessa controvérsia envolvendo o recolhimento de *royalties* de xisto.

55. Após, destaca que a celebração desse acordo permite a assinatura do contrato de concessão, disciplinando a pesquisa e lavra de xisto da SIX, eliminando insegurança regulatória, permitindo a continuidade da operação da atividade e garantindo o recolhimento de *royalties* em relação à produção de petróleo e gás proveniente de xisto em São Matheus do Sul – PR.

56. Finaliza ressaltando que a Petrobras entende que o acordo é justo e adequado, resolvendo de forma consensual a controvérsia. E que alíquota de 5% aplicada ao contrato de concessão cumpre os requisitos do §1º do Art. 47 da Lei 9.478/1997 (riscos geológicos/expectativas de produção/outros fatores pertinentes).

57. A apresentação realizada está disponível no Documento SEI 1791576.

### 6.5. Expositores previamente escritos

58. Dirceu Amorelli, seguindo o rito da audiência, abre a palavra aos expositores previamente inscritos.

#### 6.5.1. Prefeita de São Mateus do Sul-PR – Fernanda Garcia Sardanha

59. Fernanda Sardanha destaca a importância de mais de 50 anos da Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), da Petrobras, para a cidade de São Mateus do Sul, no Paraná.

60. Informa que a SIX é importante tanto na arrecadação municipal, como em questões sociais, como, por exemplo, convênios realizados que tornaram possível cascalhar quilômetros de estradas por meio de doação de pedras calcário de xisto e a utilização gratuita de aterro sanitário.

61. A Prefeita ressalta ainda o centro de pesquisa e tecnologia presente em São Mateus do Sul – PR na SIX e solicita apoio da ANP e Petrobras em investimentos na aplicação de recursos nessa área.

62. Por fim, expõe que precisa conversar com a ANP para entender um pouco mais sobre os valores constantes nesse acordo envolvendo a controvérsia de xisto.

63. Dirceu Amorelli, Presidente da Audiência, esclarece o papel passivo da ANP na área de pesquisa, sendo apenas responsável pela verificação da aplicação dos recursos aos objetivos propostos pelas concessionárias ou universidades. Mesmo assim, coloca a ANP à disposição para esclarecimentos sobre seu papel nesse processo.

#### 6.5.2. Presidente da Associação de Acionistas Minoritários da Petrobras (ANAPETRO) - Mário Alberto Dal Zot

64. Mario Zot começa esclarecendo que considera esse acordo lesivo para Petrobras.

65. Além disso, questiona a condução da ANP nesse acordo, bem como considera inapropriado o perdão da multa administrativa.

#### 6.5.3. Diretor da SINDIPETRO PR/SC - Rafael Palenske Andrade

66. Rafael faz a leitura do seu questionamento enviado durante o período de consulta pública, abaixo transcrito.

“Têm sido frequentes as declarações dos diretores da Petrobras e de Paulo Guedes, ministro da Economia, reafirmando a opinião de que a Petrobras perderá valor dentro de alguns anos, devido à alteração da matriz energética, ainda intrinsecamente ligada aos derivados do petróleo. Levando em consideração os danos ambientais causados pela prática do “fracking”, ou fraturamento hidráulico, técnica mais difundida para a extração de gás xisto em países como EUA e Austrália, e o processo Petrosix, adotado no Paraná, possibilitando menores danos ambientais, de que forma é saudável para a companhia, partindo da análise da perda de valor do petróleo convencional através dos anos, se desfazer de alternativas inovadoras como o processo Petrosix, paralelamente a toda sua participação no mercado de biocombustíveis?”

67. Dirceu Amorelli, Presidente da Audiência, esclarece que a audiência está tratando da extração do xisto, o processamento da unidade é via autorização (outro processo).

#### 6.5.4. Técnico de Operação da SIX/Petrobras - Giancarlo Biancolini Lima

68. Giancarlo questiona os motivos da aplicação da alíquota de 5% *royalties* estabelecida para assinatura do contrato de concessão.

69. Thiago Campos, Superintendente de Participações Governamentais da ANP, esclarece que a Lei 9.478/97, art. 47, tendo em conta os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores

pertinentes, permite a redução do valor dos *royalties* estabelecido para um montante correspondente a, no mínimo, cinco por cento da produção.

70. Giancarlo também indaga os motivos para o pagamento dos 10% de *royalties* pela Petrobras para o período antes da assinatura do contrato de concessão.

71. Thiago informa que o entendimento da Procuradoria-Geral da ANP é que na ausência de contrato de concessão deve ser utilizada a alíquota de 10%, a maior permitida em lei.

#### **6.5.5. Técnico de Operação da SIX/Petrobras - Wagner Tiago Oleszczyszyn**

72. Wagner pondera que a Petrobras sempre demonstrou uma preocupação relevante com os danos ambientais, adotando ações intensas de reflorestamento e tratamento de rejeitos, para combater os riscos ambientais da atividade de mineração.

73. Nesse sentido, indaga se a eventual nova compradora da SIX manterá preocupação com o meio ambiente.

74. Dirceu Amorelli, Diretor da ANP, esclarece que a ANP não trata da venda da SIX, já que essa é uma decisão exclusiva dos acionistas da empresa. Entretanto, destaca que a ANP, em eventual venda do ativo, avaliará se o novo agente terá condições técnicas, financeiras e jurídicas para continuidade do negócio.

#### **6.5.6. Presidente da Associação Comercial de São Mateus do Sul – PR - Anderson Nora da Silva**

75. Anderson Nora destaca a importância que esse acordo seja resolvido, para trazer segurança jurídica para o assunto. Nesse sentido, informa que é favorável ao acordo.

#### **6.5.7. Deputado Estadual do Paraná - Emerson Bacil**

76. Emerson Bacil ressalta a importância desse acordo para o desenvolvimento da região, com o fim da insegurança jurídica, que permitirá a continuidade das operações da SIX.

77. Destaca também a cobrança dos 10% de alíquota na inexistência do contrato, máximo permitido em lei.

78. Realça que a audiência não é sobre a venda da SIX, mas que esse assunto deve ser objeto audiência futura pela importância do tema.

79. Finaliza dizendo que entende quem é a favor ou contra o acordo, mas se posiciona a favor pois entende que é o melhor possível para o momento.

#### **6.5.8. Técnica de Operação da SIX/Petrobras - Kelli Glaab**

80. Kelli Glaab questiona se a celebração do acordo e aceleração da negociação tem alguma relação com a SIX estar na carta de empresas a serem privatizadas pela Petrobras.

81. Dirceu Amorelli reforça que o que está sendo discutido no âmbito dessa audiência pública é estabelecimento de um contrato de concessão e o pagamento de *royalties* devido seu não recolhimento durante esse período de ausência de contrato. A venda do ativo não é objeto da audiência pública.

82. Evandro Caldas, Procurador-Geral da ANP, esclarece que o acordo envolvendo o *royalties* de xisto teve processo judicial suspenso em março de 2018 para tentativa de acordo entre ANP e Petrobras, antes mesmo do termo de compromisso celebrado pela Petrobras com o CADE, que trata do desinvestimento de ativos de refino (inclui SIX). Ou seja, antes de se falar em venda da SIX, a ANP já tratava desse acordo para encerramento das controvérsias.

#### **6.5.9. Técnico de Operação da SIX/Petrobras - Rafael Diego Graczyk**

83. Rafael faz a leitura do seu questionamento enviado durante o período de consulta pública.

“Mesmo com as medidas de amortização dos impactos ambientais da atividade da Petrobras em São Mateus do Sul – PR, adotadas através dos anos, o pagamento de *royalties* para a lavra de xisto na região foi negligenciado pela Petrobras entre os anos de 2002 e 2012. Nas últimas semanas, o acordo anunciado com anuência da ANP estipulou uma alíquota de 10% a incidir na atividade realizada antes do contrato de concessão e 5% após a assinatura do contrato. Qual foi o cálculo realizado para justificar o abatimento, pela metade, da alíquota paga pelo ente privado que poderá assumir as atividades?”

84. Dirceu Amorelli, Diretor da ANP, esclarece que a Lei 9.478/97, art. 47, tendo em conta os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes, permite a redução do valor dos *royalties* estabelecido para um montante correspondente a, no mínimo, cinco por cento da produção.

85. Ressalta ainda a diretriz do conselho de política energética que definiu como objetivo estratégico: revitalizar as atividades de E&P em áreas terrestres; estimular o desenvolvimento local e regional; aumentar a competitividade da indústria petrolífera *onshore* nacional; e adequar os percentuais de *royalties* de novos contratos aos ambientes de elevado risco exploratório e baixo potencial petrolífero (caso da SIX).

86. Thiago Campos lembra que os blocos em oferta na bacia do Paraná no Edital do Segundo Ciclo de Oferta Permanente estão sendo licitados com alíquota de *royalties* de 5%.

#### 6.5.10. Repórter da Portal Ouro Vivo - Alexandre Augusto Walter Muller

87. Alexandre Mulher indaga quais seriam os próximos passos depois da audiência pública e se os recursos recebidos de *royalties* pelo município de São Mateus do Sul – PR devem ser investidos em educação e saúde.

88. Thiago Campos enumera as seguintes etapas a serem cumpridas após a Audiência Pública nº 20/2021:

- Avaliação das contribuições recebidas
- Aprovação Diretoria ANP da versão final do Acordo e Contrato
- Aprovação do Ministro de Minas e Energia
- Aprovação do Advogado Geral da União
- Assinatura do Acordo e Contrato
- Distribuição dos recursos aos beneficiários

89. Quanto a aplicação dos recursos de *royalties*, esclarece que os recursos de *royalties* desse acordo de xisto não se destinam exclusivamente as áreas de educação e saúde, já que trata-se de produção terrestre, não se enquadrando no estabelecido na Lei nº 12.858/2013.

90. Entretanto, realça que os *royalties* devem ser aplicados pelo município exclusivamente em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento de tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e em saneamento básico, nos termos do art. 24 do Decreto nº 1/1991.

91. Finaliza informando que cabem aos Tribunais de Contas a fiscalização dos beneficiários referente à aplicação dos recursos oriundos dos *royalties*.

#### 6.5.11. Vereador de São Mateus do Sul/PR - Jeciel Ferreira Franco

92. Jeciel Franco pede que os recursos do acordo que vão para o estado do Paraná sejam investidos na região.

**6.5.12. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico de São Mateus do Sul - Haroldo Mildemberg Ferreira**

93. Haroldo destaca que a venda da SIX não é objeto da audiência pública, mas sim os *royalties* devidos. Nesse sentido, considera o acordo justo e importante para o desenvolvimento de São Mateus do Sul-PR.

94. Expõe que essa insegurança em relação a venda ou não da SIX é muito ruim, pois traz insegurança para todos do município. Deseja uma definição sobre o rumo que a refinaria irá tomar.

**6.5.13. Conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico de São Mateus do Sul - Manoel Cordeiro Junior**

95. Mario Cordeiro destaca a grande importância da SIX para São Mateus do Sul – PR, tanto pelos empregos e impostos gerados, bem como pela pesquisa que é estratégica para o desenvolvimento de novos produtos.

96. Esclarece que a definição desse acordo é vital para continuidade das atividades, por isso é favorável a assinatura do acordo.

**6.5.14. Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Mateus do Sul - Felipe Samistraro Staniszewski**

97. Felipe se posiciona a favor de um acordo justo, para garantir a segurança jurídica que permitirá a continuidade das atividades da SIX.

**6.5.15. Conselheiro da IG-Mathe São Mateus do Sul - Ronaldo Toppel Filho**

98. Ronaldo Toppel também ressalta que a segurança jurídica é fundamental para a continuidade negócio da SIX, sendo esse acordo importante para a cidade de São Mateus do Sul-PR.

**6.5.16. Presidente da AMSULPAR e Prefeito de Bituruna/PR - Rodrigo Rossoni**

99. Rodrigo Rossoni destaca que deve existir uma luta para que todo os recursos desse acordo sejam investidos em São Mateus do Sul-PR e, não sendo possível, os recursos devem ser aplicados na região sul do estado do Paraná.

**6.6. Expositores não inscritos previamente**

100. Passadas as exposições dos inscritos previamente, Dirceu Amorelli, Presidente da Audiência, consulta aos presentes e àqueles que estão assistindo, caso existam interessados em realizar exposição, se identifiquem.

101. Três pessoas manifestam o interesse de realizar exposição.

102. Em ato contínuo, passa a palavra ao primeiro que se manifestou no intuito de realizar exposição oral.

**6.6.1. Presidente da Câmara de Vereadores de São Mateus do Sul – Omar Pichet**

103. Omar Pichet solicita que o pagamento do acordo seja realizado à vista, não parcelado em 60 vezes.

104. Observa também que o debate do assunto precisa ser ampliado, com a Câmara Municipal de São Mateus do Sul – PR e a Assembleia Legislativa do Estado Paraná devendo serem escutadas.

105. Dirceu Amorelli esclarece que o acordo se trata de um processo jurídico entre ANP e Petrobras, mas, mesmo assim, para dar transparência e publicidade a todos os envolvidos, bem como

receber contribuições dos entes beneficiários, foi colocado em consulta e audiência pública.

106. Ressalta também que esse processo é público, podendo ser consultado por todos aqueles que desejarem.

#### **6.6.2. Técnico de Operação da SIX/Petrobras – Fernando Roico**

107. Fernando Roico acredita que o acordo de *royalties* permitirá a Petrobras privatizar a SIX. Entende que a SIX será vendida por um valor baixo. Não é favorável ao acordo.

#### **6.6.3. Cidadão - Rui Dalcion Rocha Rossetim**

108. Rui Rossetim sugere incorporar na Lei nº 9.478/1997 menção expressa à atividade de exploração e lavra de xisto betuminoso.

109. Acredita que o pagamento pela Petrobras do acordo deva ocorrer de modo integral, pede ainda que a ANP condicione a quitação dos pagamentos, em cada uma de suas etapas, a acordo celebrado entre o Município de São Mateus do Sul – PR e as Entidades do Movimento Social contendo a destinação dos *royalties*.

110. Encerrada a etapa de exposições, Dirceu Amorelli chama a palavra o Sr. Evandro Caldas, Procurador Geral da ANP, para tecer seus comentários sobre o tema.

#### **6.7. Comentários do Procurador Geral da ANP – Evandro Caldas**

111. Evandro Caldas esclarece que o acordo atende ao interesse público, pois a ANP, em prol dos entes beneficiários, não está abrindo mão de nada, está contemplando tudo o que entende devido, já que está cobrando os valores de *royalties* devidos sobre a qualidade do óleo real de xisto, atualizados com juros e multa pelo atraso do pagamento, mais os débitos relativos a inscrição de dívida ativa (CADIN).

112. Ressalta que o que não está sendo cobrado é o valor de *royalties* sobre um óleo fictício, com qualidade não condizente com a produção da SIX, e a multa administrativa coercitiva, que não tem fins arrecadatórios, e sim o intuito de coagir o cumprimento de obrigação. Nesse sentido, se a Petrobras está cumprindo com a obrigação, não faz sentido exigir essa multa.

113. Finaliza reforçando mais uma vez que acredita que esse acordo atende ao interesse público, favorecendo a ANP que passará a ter maior controle sobre a atividade com o estabelecimento de um contrato de concessão, a Petrobras que terá segurança jurídica e os beneficiários que receberão os *royalties* devidos.

114. Dirceu Amorelli chama a palavra o Sr. Thiago Campos, Superintendente de Participações Governamentais da ANP, para tecer seus comentários finais sobre o tema caso.

#### **6.8. Comentários Finais do Superintendente de Participações Governamentais da ANP – Thiago Campos**

115. Thiago Campos esclarece que todas as contribuições recebidas na consulta e audiência públicas serão devidamente analisadas e respondidas.

116. Finaliza informando que o acordo foi construído a partir de um amplo debate técnico, em que se buscou ao máximo preservar o interesse público e dos beneficiários.

#### **6.9. Encerramento**

117. Considerando obtido todos os elementos necessários a continuidade do processo, Dirceu Amorelli, Presidente da Audiência, Diretor da ANP, agradece a presença de todos na Audiência Pública e declara os trabalhos encerrados.

118. Deseja bom regresso a todos para suas residências, com saúde e segurança.

**ANEXOS**

Participantes (SEI 1791115 e 1791123)

Expositores (SEI 1791134)

Contribuições recebidas na consulta pública (SEI 1791455)

Apresentação de Abertura da Audiência (SEI 1791477)

Apresentação Técnica da ANP (SEI 1791562)

Apresentação Petrobras (SEI 1791576)



Documento assinado eletronicamente por **DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR, Diretor**, em 29/11/2021, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO NEVES DE CAMPOS, Superintendente**, em 29/11/2021, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.anp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.anp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1791079** e o código CRC **3540E0F8**.



## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



- Objetivos:
- a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;
  - b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

**ANP**

Data: 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

**REGISTRO DE PRESEÇA**

Local: Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

NOME	UORG	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Pierrot Amadori	DIR-3	Amadori@anp.gov.br	(61) 2112-8043	
Thiago Paves de Campos	SPG	tcampos@anp.gov.br	8480	
Helois Helenilopes Dias de Lima	DIR-3	helois@anp.gov.br	(21) 2112-9168	
Marcelo Castilho	SDP/DIR-5	mcastilho@anp.gov.br	(21) 2112-8168	
Eduardo Caldas	PRG	ecaldas@anp.gov.br	(21) 2112-8121	
Priscila Linsane	SCI	plinsane@anp.gov.br	8125	
Fabio Moraes	SCI	fmoraes@anp.gov.br	6139	
Manuello Gibetoni	GAB	MGibetoni@anp.gov.br	8305	
Carlos MOUTIERO	INT	cmoutiero@anp.gov.br	8171	
Luiz Fernando Manso	ASSESSOR	lmanuso@anp.gov.br	8330	

## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



Objetivos:

a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;

b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

Data: 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

## REGISTRO DE PRESENÇA

Local: Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Miguel Orlando Piaunoski Sut	Petrobras	<a href="mailto:miguelsut@gmail.com">miguelsut@gmail.com</a>	42 98822-2122	
Monica Zampier	Prefeitura de São Mateus do Sul	<a href="mailto:cultura@saomateusdosul.pr.gov.br">cultura@saomateusdosul.pr.gov.br</a>	41 98824 7307	
Neumar Fernando Neumann	Petrobras	<a href="mailto:marneubr@yahoo.com.br">marneubr@yahoo.com.br</a>	42 988348386	
Nilson Sergio Hirt Filho	Petrobras	<a href="mailto:nilsonhirt@gmail.com">nilsonhirt@gmail.com</a>	42 988052834	
Omar Raimundo Picheth Neto	Câmara Municipal de São Mateus do Sul	<a href="mailto:camarasms@gmail.com">camarasms@gmail.com</a>	42 98803-5995	
Osni Miguel Peplinski	Petrobras	<a href="mailto:osnimiguel@petrobras.com.br">osnimiguel@petrobras.com.br</a>	42 988080504	
Priscila Agostini Aguiar Mânica	Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná	<a href="mailto:priscila.manica@safa.pr.gov.br">priscila.manica@safa.pr.gov.br</a>		
Priscila Ernst	Prefeitura de São Mateus do Sul	<a href="mailto:priscilaernst@gmail.com">priscilaernst@gmail.com</a>	42 999330925	
Ricardo Serpe De Lima	Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul	<a href="mailto:ricardolima@saomateusdosul.pr.gov.br">ricardolima@saomateusdosul.pr.gov.br</a>	42 999945019	
Roberto Dudziak	IG-Mathe São Mateus do Sul		42 988343038	



## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



## Objetivos:

- a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;
- b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

Data: 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

Local: Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São

Mateus do Sul – PR

REGISTRO DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Fernando Roiko	Petrobras	<a href="mailto:roiko@petrobras.com.br">roiko@petrobras.com.br</a>	42 78809730	
Gerson Lucio Staniszewski	1. Vice-Presidente para Assuntos Comunitários e Governamentais 2. Presidente	<a href="mailto:gerson@lojasleonardo.com.br">gerson@lojasleonardo.com.br</a>	42 98865-1450	
HENRIQUE ZARZYCKI	Petrobras	<a href="mailto:hvszhvs@gmail.com">hvszhvs@gmail.com</a>	42 98862524	
HUSSEIN BAKRI	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ	<a href="mailto:gabinete@husseinbakri.com.br">gabinete@husseinbakri.com.br</a>		
Irio Miguel Brongiel Janoski	KAROLINKA		42 988162070	
Iris dos Santos Janoski	KAROLINKA	<a href="mailto:iris-janoski@hotmail.com">iris-janoski@hotmail.com</a>	42 98804 8515	
Ivan Carmelo Monte		<a href="mailto:montenavi@gmail.com">montenavi@gmail.com</a>		
Janaina Pinheiro	Prefeitura de São Mateus do Sul	<a href="mailto:educacao@saomateusdosul.pr.gov.br">educacao@saomateusdosul.pr.gov.br</a>		
Janete Zucco	Sul Agrícola	<a href="mailto:janetezucco@sulagricola.com.br">janetezucco@sulagricola.com.br</a>		

João Afonso Felchak

[jfelchak2000@hotmail.com](mailto:jfelchak2000@hotmail.com)

42 99925222



## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021

### Objetivos:

- a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;
- b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

**Data:** 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

### REGISTRO DE PRESENÇA

**Local:** Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Adir Stempinhak	Câmara de Vereadores de São João do Triunfo	<a href="mailto:stempinhakadir@gmail.com">stempinhakadir@gmail.com</a>		
Adriano José Szydolski Zarzycki	Petrobras	<a href="mailto:szydolsko@yahoo.com.br">szydolsko@yahoo.com.br</a>	42 9884 1104	
Adriano Pinto Ribeiro	Petrobras	<a href="mailto:adriano.pfla@yahoo.com.br">adriano.pfla@yahoo.com.br</a>		
Alexandre Godoy	Associação Comercial Industrial e Agropecuária de São Mateus do Sul	<a href="mailto:godoy@saomateusdosul.com">godoy@saomateusdosul.com</a>	42 9924-2122	
Anderson Ferreira Maciel	Portal Click Sul News			
ANDERSON SHIGUEO TAKASE	Ravato Distribuidora De Combustível Ltda	<a href="mailto:takase@ravato.com.br">takase@ravato.com.br</a>	42 99922-9922	
André Cristiano Henik	Câmara de vereadores de União da Vitória	<a href="mailto:Eng-andrehenik@uniguacu.edu.br">Eng-andrehenik@uniguacu.edu.br</a>	42 33803-3815	
Ângela Andrea Horbatiuk	Ângela Andrea Horbatiuk	<a href="mailto:angelahorbatiuk@uniaodavitoria.pr.gov.br">angelahorbatiuk@uniaodavitoria.pr.gov.br</a>		
Aryane Caroline Gomes Ziemer	Prefeitura Municipal de Antonio Olinto	<a href="mailto:aryanegez@gmail.com">aryanegez@gmail.com</a>		
Basileu Antonio Martinez	Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul	<a href="mailto:Basileu.martinez@gmail.com">Basileu.martinez@gmail.com</a>	41 98420-2896	



## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



- Objetivos:
- a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;
  - b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

Data: 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

Local: Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São

Mateus do Sul – PR

## REGISTRO DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Carlos Alberto Kuligowski	<i>JK</i>	<a href="mailto:kuligowski@uol.com.br">kuligowski@uol.com.br</a>	<i>42/933761002</i>	<i>[assinatura]</i>
Carlos Roberto Chaves	Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul	<a href="mailto:carlosc@saomateusdosul.pr.gov.br">carlosc@saomateusdosul.pr.gov.br</a>	<i>42-939741810</i>	<i>[assinatura]</i>
Carolina Kummer Trevisan	Procuradoria-Geral do Estado do Paraná	<a href="mailto:carolinatrevisan@pge.pr.gov.br">carolinatrevisan@pge.pr.gov.br</a>		
Cecília Chadai Przyvitowski	<i>Cecília soc. civil</i>	<a href="mailto:francolidane@yahoo.com.br">francolidane@yahoo.com.br</a>	<i>988045733</i>	<i>[assinatura]</i>
Cecília Chadai Przyvitowski		<a href="mailto:francolidane@yahoo.com.br">francolidane@yahoo.com.br</a>		
Ciro fernando Vieira	Petrobras	<a href="mailto:cirofvieira@yahoo.com.br">cirofvieira@yahoo.com.br</a>	<i>42) 989089565</i>	<i>[assinatura]</i>
Claudia Burdzinski	Radio Difusora Do Xisto	<i>claudia.burdzinski@gmail.com</i>	<i>(42) 96647-2367</i>	<i>[assinatura]</i>
Danielle Bisinelli Xavier de Oliveira		<a href="mailto:dani.bisi@yahoo.com.br">dani.bisi@yahoo.com.br</a>		
Débora de Oliveira Batista	Prefeitura de São Mateus do Sul	<a href="mailto:educacao@saomateusdosul.pr.gov.br">educacao@saomateusdosul.pr.gov.br</a>	<i>(42) 988315926</i>	<i>[assinatura]</i>
Douglas Lara	ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná	<i>Douglas Lara - 04Oficial.com</i>	<i>(42) 9817-7844</i>	<i>[assinatura]</i>

## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



## Objetivos:

- a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;
- b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

Data: 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

Local: Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

## REGISTRO DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Edinei Cruz	Radio Difusora Do Xisto	EDINEI CRUZ-SAMAS@GMAIL.COM	42 9 8825 8705	
Edmir Carlos Pasquali	Associação Comercial Industrial e Agropecuária de São Mateus do Sul	edmirceramicapasquali@gmail.com	41. 9884 3025	
Edson Gislon Dacorégio	CDI Centro de Desenvolvimento Intelectual	administra@cdisms.com		
Eduardo Soares Westphalen	Petrobras	eduardo@petrobras.com.br	42 99109 7133	
Emerson Cordeiro da Cruz	Pillare Comunicação	emerson@pillare.com	42 9 8811 6821	
Eraldo Luiz Maistrovicz	Observatório Social de São Mateus do Sul	elmaiz@yahoo.com.br		
Fábio Malinoski	Petrobras	Malinoski-fabio@bol.com.br	42 9926 2578	
Felipe Roberto Estoqueiro	ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná		42 9 88632960	
Felipe Cheremeta	Camara De Vereadores De Rio Azul - PR	adm.felipecheremeta@gmail.com	42 99126 -3819	
Fernanda Garcia Sardanha	Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul	gabinete@saomateusdosul.pr.gov.br		



## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



- Objetivos:
- a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;
  - b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

**REGISTRO DE PRESEÇA**

Data: 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

Local: Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Jorge Manfroni	Câmara Municipal de São Mateus do Sul	<a href="mailto:jorgemanfroni@gmail.com">jorgemanfroni@gmail.com</a>	41 38861641	
Josmar Antônio Maier da Silva	Uningá	<a href="mailto:ead.saomateusdosul@uninga.edu.br">ead.saomateusdosul@uninga.edu.br</a>	42 9.3931.2212	
Jossiane Sulte Wisniewski	Associação Comercial de São Mateus do Sul/PR	<a href="mailto:foscameriodo.com.br">foscameriodo.com.br</a>		
Juliano Orlowski de Oliveira	Câmara Municipal de São Mateus do Sul	<a href="mailto:somavilla.b@hotmail.com">somavilla.b@hotmail.com</a>		
Júlio Adilson Pires Filho	Câmara de vereadores de União da Vitória	<a href="mailto:adilsinhpiresfilho@hotmail.com">adilsinhpiresfilho@hotmail.com</a>		
Júlio da Costa Rostirola Aveiro	Procuradoria-Geral do Estado do Paraná	<a href="mailto:julioaveiro@pge.pr.gov.br">julioaveiro@pge.pr.gov.br</a>		
Kaue Wisniewski Koppe	Prefeitura de São Mateus do Sul	<a href="mailto:comunicacao@saomateusdosul.pr.gov.br">comunicacao@saomateusdosul.pr.gov.br</a>	42 98867-2218	
Leocia Ferreira da Silva	Procuradoria-Geral do Estado do Paraná	<a href="mailto:lesilva@pge.pr.gov.br">lesilva@pge.pr.gov.br</a>		
Luane de Lima Padilha		<a href="mailto:luanepadilha040@gmail.com">luanepadilha040@gmail.com</a>	42 38176702	
LUIZ CESAR PABIS	APAE – Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais	<a href="mailto:saomateusdosul@apaebrazil.org.br">saomateusdosul@apaebrazil.org.br</a>	42 9 38276118	



**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis

## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021

### Objetivos:

- a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;
- b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

**Data:** 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

### REGISTRO DE PRESEÇA

**Local:** Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Luiz Severo Semkiw	Petrobras	<a href="mailto:luizseverosemkiw@gmail.com">luizseverosemkiw@gmail.com</a>	42988689611	
Manoel Cordeiro Junior	Associação Comercial Industrial e Agropecuária de São Mateus do Sul	<a href="mailto:construtoracordeiro1@hotmail.com">construtoracordeiro1@hotmail.com</a>	988238734	
Marcelle Vensão Camargo Foschiani	Petrobras	<a href="mailto:marcellevc@yahoo.com.br">marcellevc@yahoo.com.br</a>		
Marcelo Borges Müller		<a href="mailto:marceloborgesmuller@yahoo.com.br">marceloborgesmuller@yahoo.com.br</a>	4298811-1153	
Marcelo Kozlinski	Petrobras	<a href="mailto:marcelokozlinski@yahoo.com.br">marcelokozlinski@yahoo.com.br</a>		
Marcelo Stoterau Picheth	Petrobras	<a href="mailto:mspicheth@gmail.com">mspicheth@gmail.com</a>	(42)991035995	
Márcio André Rosso	Posto GPR Combustivel	<a href="mailto:rossomarcio@hotmail.com">rossomarcio@hotmail.com</a>		
Márcio Luís Staniszevski	Lojas Leonardo	<a href="mailto:marcio@lojasleonardo.com.br">marcio@lojasleonardo.com.br</a>	42.988211066	
Marcio Ricardo Vann	Sindipetro PR/SC	<a href="mailto:maricovann@yahoo.com.br">maricovann@yahoo.com.br</a>		

Melissa Rehbein

[melissarehbein@uol.com.br](mailto:melissarehbein@uol.com.br)



## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



## Objetivos:

- a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;
- b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

Data: 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

Local: Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

REGISTRO DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Rogério Drabeski		<a href="mailto:rogdrabes@hotmail.com">rogdrabes@hotmail.com</a>	42 9986337582	
Ronaldo Gonzaga Pinto	Ravato Distribuidora De Combustível LTDA	<a href="mailto:ronaldo@ravato.com.br">ronaldo@ravato.com.br</a>	(41) 98874-8100	
Rui Dalcion Rocha Rossetim		<a href="mailto:rdrossetim@gmail.com">rdrossetim@gmail.com</a>	(41) 92004-9240	
Salineia S. Drabeski		<a href="mailto:sally_sms@hotmail.com">sally_sms@hotmail.com</a>		
Sandra Isabel Branco Rachor		<a href="mailto:sandra.branco@yahoo.com.br">sandra.branco@yahoo.com.br</a>	42 988450307	
Simone Heiermann	Secretaria de Educação do Estado do Paraná	<a href="mailto:sicahieiermann@gmail.com">sicahieiermann@gmail.com</a>		
Simone Skodoski Novakowski	SINDIPETRO-PR/SC	<a href="mailto:simonenbr@hotmail.com">simonenbr@hotmail.com</a>	42 988119985	
Tamara Roemers Nadolny	CODESAMAS – Conselho de Desenvolvimento Econômico de São Mateus do Sul	<i>Thaples weign o fuel.com</i>	42 988532645	<i>f.</i>
Thiago Chiquetto	Agougue e Mercado Chiquetto	<a href="mailto:thvagho1982@yahoo.com.br">thvagho1982@yahoo.com.br</a>		

Thiago Lopes Tonel

Petrobras

[thiagotonel@gmail.com](mailto:thiagotonel@gmail.com)

42 98806-9098

## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



## Objetivos:

- a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;
- b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

**Data:** 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

**Local:** Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

**REGISTRO DE PRESEÇA**

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Veridiane Sander	RADIO CULTURA SUL FM			
Victor Cesar de Oliveira	Ferrofort	<a href="mailto:ferrofort.fin@gmail.com">ferrofort.fin@gmail.com</a>	98016653	
Vilmar Felchak	Mafia	<a href="mailto:mafiasms@hotmail.com">mafiasms@hotmail.com</a>		
Vitória Kasiorowski Biancolini Lima		<a href="mailto:vbiancolini@gmail.com">vbiancolini@gmail.com</a>	(41) 98833907	
Wagner Siben De Souza Wolff		<a href="mailto:wagnerwolff@outlook.com">wagnerwolff@outlook.com</a>		
Wagner Witonski Mazur	Petrobras	<a href="mailto:wagnermazur@hotmail.com">wagnermazur@hotmail.com</a>		
Wellinton Machiavelli Burak	Petrobras	<a href="mailto:wellinton_machiavelli@hotmail.com">wellinton_machiavelli@hotmail.com</a>		
Wilceu Leonarczyk Kotrich	Associação Comercial Industrial e Agropecuária de São Mateus do Sul	<a href="mailto:wilceuk@hotmail.com">wilceuk@hotmail.com</a>	999162032	



## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



Objetivos:

a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;

b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

Data: 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

REGISTRO DE PRESEÇA

Local: Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
ELIAS JENSEN	R. CULTURA SUL	eliasjensen@gmail.com	09103 3947	
LEILANE AZEVEDO	Sociedade civil	leilaneopinto@gmail.com	998205178	
ALEXANDRE	DEP. ÉT		999619096	
LEONARDO ROBERTO ROEMER	RETORESAS	RETOROSAS@GMAIL.COM.BR	42.58823-8855	
FABIANO R. de Sousa		FABIANOSSUL350-car.br	4098372096	
Luciano Trunovschi	37	trunovschi@com.br	41.958471378	
Edison Paulo Leiden	BR	edison.leiden@gmail.com	42 988218616	
JOSIAS KLEIN	PETROBRAS	josias.klein@yahoo.com.br	42 93915356	

# AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



Objetivos:  
a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;  
b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

**REGISTRO DE PRESEÇA**  
**Data:** 09/11/2021 de 14:00 às 17:00  
**Local:** Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
DAVI S. MACEDO	Sindipetro	davimacedo@hotmail.com	41 996615737	
Flonder Bronze Borges estudante				
TIAO K. HUK	PMSMS - SMMA	tiasehuk@comunicacao.sul.pr.gov.br	(41) 98837165	
José Maria da Silva	14 MARÇO	josemar@domail.com	42 98843787	
Frederico F. Bergmann Sociedade Civil		frederico@pshs.com.br	(41) 988287676	
Adriano		adriano@ematec.org.br	em - 8 R	
Adriano S. do Silva		adriandoms@gmail.com	42 988281812	
Adriano Stornani				
Flavio Kozlowski	PETROBRAS	flavio.kozlowski@petrobras.com.br	42 988218835	



Hugo Bond  
Cholera  
thracitor



## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



Objetivos:

a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;

b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

Data: 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

Local: Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São

Mateus do Sul – PR

## REGISTRO DE PRESEÇA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Caroline Valla	Recebidas	Caroline.Valla@petrobras.com.br	(21) 98141-5413	CS.
Silviana Maria	Rádio Cultura	silvianamaria@guilherma.com		
Thamiracy W. da Silva	PM MC		42-988383747	TH
Nelson D. Silva	Ministro Luiz	delegatavino@yahoocor.br	42 888532656	NS
Henrique Pitz Tschokke	PM PR	henrique_tschokke@pm.pr.gov.br		
Juliano F. Moir	Levedor	JulianoMoir10@hotmail.com	42888337502	JF
Marcelo H. Disório	Funcionário	marcelo.h.disorio@imv.br	42 98951-5004	MD
Andresson de Lima Paranaíba	Sindicalista	Andresson.de.lima@anp.br	42-98828-9553	AP
Lucas Alessandra Gera	ALIP	lucas@professorleonor.com.br	41.89234143	LG



## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



- Objetivos:
- obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;
  - dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

Data: 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

REGISTRO DE PRESEÇA

Local: Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Edna Koudalegale	União do Malt	medeiros.koudalegale@gmail.com	938563388	
Chadler de Azeite	União do S. Malt		98854 8297	
ERALDO Luiz Mairany	ESB SM	ELMIRISTE@YAHOO.COM	988127514	
Luiz Felipe Senkiw	Sociedade Civil	lpsenkiw	988258202	
Mercio BATTIKO	SOCIEDADE CIVIL	BATTIKO@GMAIL.COM	98826-6102	
afonso da Rodin	VERIPAR	MARCEL	988456853	
Maiara Kampmann	União do S. Malt	Porto Antônio	42-984281293	
Albino Jantolde	Sociedade de Educação		42-988529422	
GLIS DA TO ALVINO DA SILVA FELIX	SOCIEDADE	GLISDA TO ALVINO@YAHOO.COM	42 91126 9981	
REGNO HENRIANE DIANCOLINI	SOCIEDADE CIVIL	REGNO DIANCOLINI@GMAIL.COM	(41) 98889-5396	



## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



## Objetivos:

- a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;
- b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

Data: 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

Local: Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

REGISTRO DE PRESEÇA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
JEAN ANTONIO SEMMIDT	PEEL. CAR. MUNDADO	comunicações@pr.m.pr.gov.br	41 98813 2523	
Alex Strahmann Confreiros	Def. Mun. Gibran	alex@assadvocacia.com.br	41 99997310500	
ALAN JAROS	PR.F. MUNDADO		(11) 9.88113333	
Douane M. Ribeiros	Pres. Smid. Sa. Saúde	douanem@sa.mt.mundado.pr.gov.br	(41) 988339106	
Anderson Kosa Santos Soc. Civil			(41) 98893330313	
Geopoldo G. Mendes	Inst. Geopoldo Mendes	geopoldo@institutageopoldomendes.com.br	41 989185439	
João de Jesus	ALEP	nutricao@leopoldo.com.br	999105050	
Uldomirio	S. C. D. S. D.	addmariosouza@ulda@gmail.com	999458334	
Luiz GREGÓRIO	EMP. CIVIL	LUIZGREGORIO@bol.com.br	41 988165758	



## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



## Objetivos:

- a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;
- b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

Data: 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

Local: Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

REGISTRO DE PRESEÇA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
SEBASTIÃO A. DAVILA	Associação	algaecid@uol.com.br	(41) 988045248	
JOÃO AMARAL	Relaxa		(41) 991660432	
WOLFF Carlos Antônio	Câmara Municipal	tomadu86@gmail.com	42-33315152	
WALTER Ritzke	---	walter-sm@uol.com.br	4299851272	
Nelson Werner Schmidt	Nureodon	---	42 998205198	
Elaine P. Barboza	Associação		42 99683533	
Jamil Rosh	R.M. Rosh	gobind@rediffmail.com	42 99683533	
Regina del	R.M. Rosh	Regina@yahoo.com.br	42 99683533	
JOSÉ ENZO STA	Associação	TORENTA ENZO STA@YAHOO.COM	42-58823-1602	



## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021

## Objetivos:

- a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;
- b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.



Data: 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

Local: Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São

Mateus do Sul – PR

REGISTRO DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Nelize Regina Ulmleut	Prof. Antonio Olinto	Sessaudaa@gmail.com	988241160	
ODINEY DAZIL	ACEP	odineydaizil@gmail.com	988037327	
Antônio F. Fykoski	Petrobras	no code 80@hotmail.com	988161247	
Rodrigo Dorsoni	Bitumeno	rodriego@bitumeno.com.br	98447-7226	
MARCOS CAMPANASSA	CDL	MARCOSSCAMPO@CDL.COM.BR	999419847	
ENÉAS TEFERSON MENDONÇA	ANMMA	enasmendonca@gmail.com	988645139	
PAMELLA M. BUENENHA	Jamandu	pamella_buenen@hotmail.com	(51) 98861907	
TEFERTON ALMEIDA TEFERSON	CODESAMAS	TEFERTONALMEIDA@HOTMAIL.COM	999177400	
MAURO MENDONÇA	ETROBRAS	mauromendonca@etrobras.com.br	98815272	



## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



Objetivos:

a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;

b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

Data: 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

Local: Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

REGISTRO DE PRESEÇA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Roberto Z. Menezes	Agricultor	—	042.991320011	
Leonardo J. dos Santos	Sindipeiro	desigleosilva@gmail.com	041 991 88 9188 42 99156-3874	
Sergio E. Melo Leonardo	Petrobrás	sergio.melo@petrobras.com.br	42 9909 3502	
Fabiano José Brito da Cunha Leal	—	—	42 9909 3502	
MARTIN MACHES BOFIM CÂNDIDA PAULO FERREIRA	—	—	42 9909 3502	
PRIMO JOSÉ ACHER PETROBRAS	—	PRIMOJOSEACHER@GMAIL.COM	42 9909 3502	
Alair Leonardo Freire Costa	—	—	34441222	
ANTONIO LUIS SANT'ANNA	—	pmcm@pmcm.org.br	42 9909 3502	
CRISTIANE REBELEZ	—	rebeleza@gmail.com	42 9909 3502	
POURUA DE MEI	—	—	42 9909 3502	

Resumo da Reunião			
Número Total de Participantes	20		
Título da Reunião	Audiência Pública n° 20/2021		
Hora de início da reunião	09/11/2021 13:16		
Hora de Término da Reunião	09/11/2021 17:33		
Id da Reunião	bbb13774-be19-4d85-b3af-63e46839740f		
Nome Completo	Horário de Entrada	Horário de Saída	Duração
Fabio Cavalcante Moraes	09/11/2021 13:16	09/11/2021 17:18	4h 2m
anpransmissao	09/11/2021 13:16	09/11/2021 17:24	4h 7m
Bruno Del Corral Turrini	09/11/2021 13:16	09/11/2021 17:33	4h 17m
Júlio Aveiro - PGE (Convidado)	09/11/2021 14:06	09/11/2021 17:15	3h 8m
Guilherme Eduardo Zerbinatti Papaterra	09/11/2021 14:06	09/11/2021 14:12	6m 13s
Guilherme Eduardo Zerbinatti Papaterra	09/11/2021 14:17	09/11/2021 14:20	3m 40s
Luiz Rodrigo Dutra Nicacio	09/11/2021 14:06	09/11/2021 17:15	3h 9m
Danielle Oliveira	09/11/2021 14:06	09/11/2021 17:15	3h 9m
Dean William Moraes Carmeis	09/11/2021 14:06	09/11/2021 17:15	3h 9m
Leticia/PGEPR (Convidado)	09/11/2021 14:06	09/11/2021 17:13	3h 6m
Priscila Aguiar Mânica - Chefe de Gabinete SEFA (Convidado)	09/11/2021 14:06	09/11/2021 14:09	3m 18s
Carolina/PGE (Convidado)	09/11/2021 14:06	09/11/2021 17:15	3h 9m
Dalcio Costa (Convidado)	09/11/2021 14:06	09/11/2021 15:37	1h 30m
Alana Gandra (Convidado)	09/11/2021 14:07	09/11/2021 17:18	3h 11m
Priscila Aguiar Mânica - SEFA (Convidado)	09/11/2021 14:16	09/11/2021 14:17	1m 4s
Priscila Aguiar Mânica - SEFA (Convidado)	09/11/2021 14:17	09/11/2021 17:15	2h 58m
Ednilson Oles	09/11/2021 14:23	09/11/2021 14:55	32m 43s
Ednilson Oles	09/11/2021 15:01	09/11/2021 16:55	1h 53m
Paulo	09/11/2021 14:24	09/11/2021 16:02	1h 38m
Marcelle	09/11/2021 14:29	09/11/2021 14:39	9m 49s
Roberto Gliese	09/11/2021 14:30	09/11/2021 15:54	1h 24m
João	09/11/2021 14:32	09/11/2021 16:31	1h 59m
Daniel Cleversson Pedroso	09/11/2021 15:04	09/11/2021 17:11	2h 6m
Gilberto Paolin Zeni	09/11/2021 16:01	09/11/2021 16:59	57m 46s
Paulo	09/11/2021 16:06	09/11/2021 17:18	1h 12m
Gideão Portes Borges	09/11/2021 16:09	09/11/2021 16:54	44m 50s





**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis

## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021

SPG

Objetivos:

- a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;
- b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

### EXPOSITORES

### REGISTRO DE PRESEÇA

Data: 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

Local: Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Alexandre Augusto Walter Muller	Portal Ouro Vivo	<a href="mailto:Alexandre.walter_m@hotmail.com">Alexandre.walter_m@hotmail.com</a> <a href="mailto:alexandre@ourovivo.com.br">alexandre@ourovivo.com.br</a>	(41) 38403-8344	
Anderson Nora da Silva	Associação Comercial de São Mateus do Sul/PR	<a href="mailto:nora@prahoo.com.br">nora@prahoo.com.br</a>	41 93814-8303	
Arlison Maroldi Chiorato	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná	<a href="mailto:gabinete.arlison@assembleia.pr.leg.br">gabinete.arlison@assembleia.pr.leg.br</a>	41 988653121	
Emerson Giellini Bacil	ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná		42-99976-0069	
Felipe Samistraro Staniszevski	Câmara de Dirigentes Lojistas de São Mateus do Sul	<a href="mailto:felipe.stanis@hotmail.com">felipe.stanis@hotmail.com</a>	42-99976-0069	
Fernanda Garcia Sardanha	Prefeitura de São Mateus do Sul	<a href="mailto:fernanda.prefeita@saomateusdosul.pr.gov.br">fernanda.prefeita@saomateusdosul.pr.gov.br</a>	41 988020052	
Fernando Vaccari Toppel	IG-Mathe São Mateus do Sul		41 996850008	
Giancarlo Biancolini Lima	Petrobras	<a href="mailto:gbl.biancolini@gmail.com">gbl.biancolini@gmail.com</a>	42 99834-3635	
Haroldo Mildemberg Ferreira	CODESAMAS – Conselho de Desenvolvimento Econômico de São Mateus do Sul	<a href="mailto:haroldomildemberg@cod.sam.br">haroldomildemberg@cod.sam.br</a>	41 98802-7653	
Jeciel Ferreira Franco	Câmara Municipal de São Mateus do Sul		41 988443321	



**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis

## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021

### Objetivos:

- a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;  
b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

### EXPOSITORES

### REGISTRO DE PRESENÇA

Data: 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

Local: Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Junior Benato	AMCESPAR – Associação dos Municípios Centro Sul do Paraná			
Kelli Glaab	Petrobras	<a href="mailto:Kelli@petrobras.com.br">Kelli@petrobras.com.br</a>	(42) 988090444	
Manoel Cordeiro Junior	CODESAMAS – Conselho de Desenvolvimento Econômico de São Mateus do Sul		42 98823844	
Mário Alberto Dal Zot	Associação de acionistas minoritários da Petrobrás - ANAPETRO	<a href="mailto:mdalzot@gmail.com">mdalzot@gmail.com</a>	(57) 39805 2544	
Nizaor Cruz Ennes Junior	-	<a href="mailto:nizaorjunior@gmail.com">nizaorjunior@gmail.com</a>	(42) 99972-0530	
Rafael Diego Graczyk	-	<a href="mailto:xistoleiro@gmail.com">xistoleiro@gmail.com</a>	(42) 99911-1999	
Rafael Palenske Andrade	SINDIPETRO PR/SC	<a href="mailto:palenske.uepg@gmail.com">palenske.uepg@gmail.com</a>	41 99449 0018	
Rafael Souto Monteagudo	Petrobras	<a href="mailto:rafaelmonteagudo@petrobras.com.br">rafaelmonteagudo@petrobras.com.br</a>	21 39611 5332	
Rodrigo Rossoni	AMSULPAR – Associação dos Municípios do Sul do Paraná		934112-7722	
Ronaldo Toppel Filho	IG-Mathe São Mateus do Sul		42 98843 2826	



## AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis

## Objetivos:

- a) obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;  
b) dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

**EXPOSITORES**

**Data:** 09/11/2021 de 14:00 às 17:00

**REGISTRO DE PRESENÇA**

**Local:** Av. Ozy Mendonça de Lima, 256, Centro, São Mateus do Sul – PR

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Wagner Tiago Oleszczyszyn		<a href="mailto:wagneriago@petrobras.com.br">wagneriago@petrobras.com.br</a>	(47) 98402 6312	

**ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS E SUGESTÕES RECEBIDAS**  
CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICAS Nº 20/2021

Consulta e Audiência Públicas sobre o acordo para encerramento da controvérsia envolvendo o recolhimento de royalties de xisto (SIX).

AUTOR	ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO OU SUGESTÃO OU QUESTIONAMENTO	JUSTIFICATIVA
Thiago Tonel	-	Em países como os EUA, a extração do xisto já foi alvo de diversas críticas devido a seus danos ambientais, sendo tema do documentário Gasland (2010), mostrando a realidade de cidadãos que vivem em áreas tão contaminadas pela prática do fraturamento hidráulico, que a água, proveniente dos lençóis freáticos contaminados pelos compostos químicos injetados na rocha, acabava por se tornar inflamável, ou seja, pegava fogo ao entrar em contato com a chama de um simples queimador. O registro da água inflamável foi realizado em diversas residências durante as gravações do documentário. Apesar da proibição da prática no estado do Paraná, ao exemplo de boa parte do continente europeu, em 2013, a ANP realizou leilões em diversas regiões do país de áreas voltadas para a extração do gás xisto, inclusive na bacia amazônica. A adoção de alíquota de royalties quase "promocional", na faixa dos 5%, não poderia intensificar o lobby a favor da exploração indiscriminada dessas reservas, trazendo riscos incalculáveis para alguns dos biomas e subsolos mais importantes do país, ao exemplo do próprio Aquífero Guarani e da bacia amazônica?	-
Luiz Severo Semkiw	-	Recolher valor equivalente a média nacional que a Petrobras paga em suas atividades.	Sobre a alíquota de 5% que será paga pelo investidor privado que assumir as operações da SIX, para fins de royalty, ela está de acordo com as práticas do mercado interno? Qual é a alíquota média paga pela Petrobras em seus empreendimentos de exploração?
Giancarlo Biancolini Lima	-	No que se refere ao mercado internacional, uma notícia da Reuters <sup>1</sup> , publicada em 21/05/2020, relatava o abatimento dos royalties pagos pelas empresas exploradoras do gás xisto nos EUA, na ocasião foi adotada provisoriamente a alíquota de 5% ao invés dos costumeiros 12.5%, devido aos reflexos da pandemia nos preços internacionais. Naquele país, o fraturamento hidráulico, muito mais agressivo do que o método brasileiro adotado na SIX, é o principal meio de realização da lavra do xisto. Qual a justificativa para que o investidor que assumirá a unidade da Petrobras pague uma alíquota de apenas 5%, a mesma adotada em regime de urgência em meio à pandemia nos EUA? Caso o pagamento da alíquota reduzida se justifique pela adoção de método menos agressivo, o que justifica o pagamento dos 10% impostos à Petrobras no que se refere à lavra realizada antes da concessão, através do mesmo método de extração do gás?	-
Rui Dalcion Rocha Rossetim	Nos Considerandos, item I) Página 1 da minuta	Incorporar na Lei nº 9.478/1997, que criou a ANP, menção expressa à atividade de exploração e lavra de xisto betuminoso.	Adequar o Marco Legal para o setor do Petróleo, estabelecendo no ordenamento jurídico brasileiro a atividade de exploração e lavra de xisto betuminoso, disciplinando a incidência de royalties previstos na referida lei e seu montante em relação às atividades de lavra de xisto e seu beneficiamento com obtenção de hidrocarbonetos líquidos e subprodutos no entorno da planta industrial denominada SIX, no Município de São Mateus do Sul, Estado do Paraná.
Rui Dalcion Rocha Rossetim Vilmar Felchak	Nos itens 1.3 e 2.1 Página 3 e 6 da minuta	No que tange aos valores referentes ao período anterior à celebração do presente Acordo e Contrato de Concessão anexo, as partes acordam que a Petrobras efetuará o pagamento da quantia total de <b>(VALOR TOTAL DA DÍVIDA)</b> , composta das seguintes parcelas, detalhadas na planilha de cálculo anexa (Anexo 2): refazer parcelas e anexos.	Não houve correto processo de negociação entre a ANP, o Estado e o Município, sendo que são eles interessados diretos na questão envolvendo os royalties da SIX. A participação destes entes federados na negociação poderia evitar os enormes e absurdos prejuízos que a redução de 50% no valor inicial causa ao Estado do Paraná e ao Município de São Mateus do Sul. Dizemos em relação ao seu povo. Esta negociação beneficia tão somente os sonegadores e maus gestores, bem como os acionistas que nenhuma importância dão ao desenvolvimento tecnológico, econômico, social e ambiental do País. Caracteriza assim péssimo exemplo republicano!
Rui Dalcion Rocha Rossetim Vilmar Felchak	Incluir tem 2.1.2 Após item 2.1.1 (dos pagamentos) e antes do item 2.2 (da quitação dos valores relacionados aos royalties).	2.1.2 A ANP condicionará a quitação dos pagamentos, em cada uma de suas etapas, a Acordo celebrado entre o Município de São Mateus do Sul e as Entidades do Movimento Social nele estabelecidas, especialmente celebrado para disciplinar a destinação dos royalties.	Evidentemente que não se fala de ingerência da ANP e ou Petrobrás na gestão municipal. Apenas oportunizar gestão democrática e transparente através da participação efetiva dos cidadãos e cidadãs sobre seus próprios destinos, compensando assim prejuízos sociais, ambientais e econômicos, conforme as pessoas realmente impactadas assim o entenderem, sendo esta a precípua finalidade dos royalties.
Rui Dalcion Rocha Rossetim	No 2.2 (da quitação dos valores relacionados aos royalties)	2.2 Com o pagamento referido nesta Cláusula Segunda e a apresentação do Acordo firmado entre o Município de São Mateus do Sul e suas Entidades do Movimento Social, a Petrobras receberá, automaticamente, plena, total, irrevogável e irretroatável quitação quanto aos valores relacionados a royalties pela...	Importante a garantia da realização do Acordo entre o Município e seus cidadãos para a adequada destinação dos royalties, conforme justificativa do item 3 acima.
Wagner Tiago Oleszczyszyn	-	Sabemos que a mineração é uma atividade invariavelmente agressiva ao meio ambiente, e é por isso que o pagamento de royalties é indispensável quando levamos em consideração a necessidade de contrapartida para as localidades afetadas pela atividade. No que se refere à Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), para além da não-adoção do fraturamento hidráulico, observando principalmente a proximidade da região com um bem subterrâneo tão valioso quanto o Aquífero Guarani, a atividade da companhia sempre demonstrou uma preocupação relevante com os danos ambientais, adotando ações intensas de reforestamento e tratamento de rejeitos, inclusive de outras refinarias do sistema Petrobras. Existe alguma garantia de que as medidas adotadas na SIX serão mantidas pelos compradores da unidade?	-
Kelli Glaab	-	A celebração do acordo e aceleração da negociação da venda tem alguma relação com a Six estar na carta de empresas a serem privatizadas pela Petrobras?	-
Mario Alberto Dal Zot (ANAPETRO)	1.2.1	1.2.1 A ANP compromete-se a manter a alíquota de 5% (cinco por cento), durante toda a duração do Contrato de Concessão. Esta obrigação permanecerá em caso de prorrogação do prazo do Contrato de Concessão <b>mas será revisada em caso de cessão de direitos relativos a este.</b>	A Petrobras é uma sociedade de economia mista, e de acordo com a Constituição Federal funciona a partir da existência de relevante interesse público (art. 173). Este próprio fato enseja em uma existência local da companhia atenta ao desenvolvimento econômico e social local e do mercado interno (art. 219 CF). Um novo agente privado colocará à disposição não age de acordo com interesse público, mas tem como objetivo central o lucro. Isto pode fazer com que a ANP reveja a alíquota de novo contrato de cessão.
Rafael Diego Graczyk	-	Mesmo com as medidas de amortização dos impactos ambientais da atividade da Petrobras em São Mateus do Sul, adotadas através dos anos, o pagamento de royalties para a lavra de xisto na região foi negligenciado pela Petrobras entre os anos de 2002 e 2012. Nas últimas semanas, o acordo anunciado com anuência da ANP estipulou uma alíquota de 10% a incidir na atividade realizada antes do contrato de concessão e 5% após a assinatura do contrato. Qual foi o cálculo realizado para justificar o abatimento, pela metade, da alíquota paga pelo ente privado que poderá assumir as atividades?	-
Luiz Cesar Pabis (APAE)	-	A ANP acredita que a negociação poderia ter sido mais frutífera se o Estado do Paraná e o Município de São Mateus do Sul tivessem participado do processo de negociação, visto que são interessados diretos na questão envolvendo os royalties da SIX?	-



Rafael Palenske Andrade (SINDIPETRO PR/SC)	-	Têm sido frequentes as declarações dos diretores da Petrobras e de Paulo Guedes, ministro da Economia, reafirmando a opinião de que a Petrobras perderá valor dentro de alguns anos, devido à alteração da matriz energética, ainda intrinsecamente ligada aos derivados do petróleo. Levando em consideração os danos ambientais causados pela prática do "tracking", ou fraturamento hidráulico, técnica mais difundida para a extração de gás xisto em países como EUA e Austrália, e o processo Petrosix, adotado no Paraná, possibilitando menores danos ambientais, de que forma é saudável para a companhia, partindo da análise da perda de valor do petróleo convencional através dos anos, se desfazer de alternativas inovadoras como o processo Petrosix, paralelamente a toda sua participação no mercado de biocombustíveis?	-
Lucas Vieira Bartiko	Item 1.4	Referente ao item 1.4 da minuta de acordo em que a ANP deixa de cobrar qualquer pagamento ou sanção pecuniária regulatória, administrativa ou judicial, a ANP não estará incentivando outras empresas a postergarem os pagamentos e tentarem um acordo parecido com prejuízo a sociedade brasileira? A retirada de multas administrativas não irá ferir a lei de responsabilidade fiscal, pois se está abrindo mão de arrecadação? A ANP não tem a finalidade de fiscalizar e coibir infrações cometidas em ofensa às regras referentes ao serviço público? Decisões judiciais já negaram diversos pedido de anulação das multas por parte da instituição empresarial ao entendimento de que as sanções aplicadas pelas agências reguladoras no exercício do poder de polícia não ofendem o princípio da legalidade.	-
João Afonso Felchak	1.2.1	1.2.1 A ANP compromete-se a manter a alíquota de 5% (cinco por cento), durante toda a duração do Contrato de Concessão. Esta obrigação permanecerá em caso de prorrogação do prazo do Contrato de Concessão ou cessão de direitos relativos a este. <b>Parágrafo Único: Esta cláusula terá validade enquanto a concessão permanecer com a Proponente deste acordo, neste caso Petróleo Brasileiro S/A</b>	Houve todo um trabalho de profissionais para chegar a este acordo, e em uma possível privatização o adquirente da planta deverá pagar o previsto em lei conforme já julgado pelas instâncias jurídicas relacionadas nas notas técnicas.
João Afonso Felchak	2.1	2.1 O pagamento a ser realizado pela Petrobras à ANP corresponderá à quantia certa e total de R\$ 564.896.190,51 (quinhentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e seis mil, cento e noventa reais e cinquenta e um centavos), e se dará em parcela única, sendo paga no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da Petrobras da homologação deste Acordo nas Ações Ordinárias nº 0032450-70.2013.4.02.5101 e 0033068- 44.2015.4.02.5101.	Caso aprovado este acordo justo que seja liquidado a dívida. A empresa anunciou recentemente mais uma distribuição de dividendos para os acionistas na ordem de 30 (trinta) bilhões de reais, relativo ao lucro do terceiro trimestre. Nada justifica o pagamento parcelado.
João Afonso Felchak	ANEXO 01: Minuta de Contrato de Concessão	Retirar do acordo de quitação.	A celebração do acordo e aceleração da negociação tem alguma relação com a SIX estar na carta de empresas a serem privatizadas pela Petrobras? O Contrato de Concessão é outra ação dentro do Órgão Gestor.
João Afonso Felchak	-	Qual foi o cálculo realizado para justificar o abatimento, pela metade, da alíquota paga pelo ente privado que poderá assumir as atividades? Qual é a alíquota média paga pela Petrobras em seus empreendimentos de exploração? A celebração do acordo e aceleração da negociação tem alguma relação com a SIX estar na carta de empresas a serem privatizadas pela Petrobras? Em que momento a reguladora (ANP) pode excluir, os recebedores dos recursos (Estado e Município), das tratativas deste acordo?	-
Leticia Ferreira da Silva / Carolina Kummer Trevisan / Júlio da Costa Rostriola Aveiro Procuradoria Geral do Estado do Paraná	16.3. da Minuta do Contrato	A ANP poderá conceder, caso haja redução da alíquota mínima prevista no §1º do artigo 47 da Lei do Petróleo, redução do percentual de Royalties previstos neste Contrato, de modo a viabilizar a extensão da vida útil e a maximização do fator de recuperação da Área, desde que comprovado o benefício econômico para a União gerado pelo novo plano de investimentos a ser executado e ouvidos previamente o Estado do Paraná e o Município de São Mateus do Sul.	Eliminar a possível dúvida hoje existente no sentido de que a redação original do item 16.3 possibilitaria o equivocado entendimento de que o contrato poderia reduzir a alíquota dos royalties aquém do mínimo previsto no artigo 47, §1º, da Lei nº 9.478/1997.
Leticia Ferreira da Silva / Carolina Kummer Trevisan / Júlio da Costa Rostriola Aveiro Procuradoria Geral do Estado do Paraná	1.2 da Minuta do Acordo	Não se propõe a alteração da redação do dispositivo. O Estado do Paraná solicita a apresentação dos estudos técnicos relativos à análise técnica feita pela ANP referente aos riscos geológicos, expectativas de produção e outros fatores pertinentes (nos termos do art. 47, §1º da Lei do Petróleo) que teriam sido considerados para a proposta de redução dos royalties de 10% para 5% na minuta de contrato de concessão.	Atendimento ao disposto no artigo 47, §1º, da Lei nº 9.478/1997.
Dean William Carneis Petrobras	Item 1.4 do Acordo	"1.4. Com a celebração do presente Acordo e do contrato de concessão anexo, e pagamento dos valores expressamente acordados, as Partes entendem que ficam definitivamente resolvidas todas as controvérsias objeto dos processos administrativos e judiciais abaixo relacionados e/ou de eventuais ações, recursos e incidentes que tratem das controvérsias tratadas neste Acordo, ainda que não expressamente listados abaixo, sem a incidência de qualquer outro pagamento ou sanção pecuniária regulatória, administrativa ou judicial (...)"	O objetivo da sugestão de alteração é deixar claro que a celebração do contrato de concessão é condição determinante para que o acordo alcance sua finalidade. Não há na minuta original disposição que deixe claro em que momento e em que condições o contrato de concessão será assinado pelas partes, de modo que o acréscimo proposto poderá conferir mais segurança jurídica a todos os interessados.
Dean William Carneis Petrobras	Item 1.5 do Acordo	Propõe-se a nova redação a seguir: 1.5 No prazo de 15 (quinze) dias úteis a partir da assinatura deste Acordo e do contrato de concessão anexo, do que acontecer por último, caso não ocorram simultaneamente, as Partes se comprometem a apresentar em juízo as petições constantes dos Anexos 3 e 4 deste instrumento, com cópia deste Acordo, a fim de que as ações judiciais listadas nas letras "a" e "h" do item 1.4 acima sejam extintas em decorrência da homologação judicial, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil, e que a ação judicial listada na letra "j" do item 1.4 seja extinta em razão do cancelamento do respectivo título executivo.	A finalidade da proposta é tornar a redação mais técnica do ponto de vista jurídico, tendo em vista que, atualmente, a questão é objeto de duas ações de conhecimento (Processos nºs 0032450-70.2013.4.02.5101 e 0033068-44.2015.4.02.5101) e uma execução fiscal (Processo nº 0017185-23.2016.4.02.5101). Como o acordo resultará no recálculo do débito, a partir de preços de referência distintos dos originalmente adotados, é razoável concluir que haverá uma revisão do lançamento, com o cancelamento da Certidão da Dívida Ativa e consequente extinção da execução fiscal com fundamento no art. 26 da Lei 6830/1980, segundo o qual: "Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de Dívida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes". Além disso, a redação ora proposta está em linha com as petições anexas à minuta de Termo de Acordo que, em relação à Execução Fiscal nº 0017185-23.2016.4.02.5101 (fls. 72/73 da minuta), que pressupõem o cancelamento da Certidão de Dívida Ativa e a extinção do processo por perda de objeto. Por fim, a alteração reforça ainda o fato de que a celebração do contrato de concessão é condição para que o acordo alcance sua finalidade.

Dean William Carneis Petrobras	Inserção de uma nova disposição entre os itens 1.5 e 1.6 do Acordo (com a renumeração dos itens subsequentes)	"X.X. Como consequência do disposto na presente Cláusula Primeira, a ANP cancelará a Certidão de Dívida Ativa nº 30215009020, objeto da Execução Fiscal listada na alínea "j" do item 1.4 acima, bem como qualquer outra inscrição em Dívida Ativa vinculada a processos judiciais e administrativos relacionados a este Acordo".	Vide justificativas para alteração do item 1.5.
Dean William Carneis Petrobras	Item 2.1 do Acordo	<b>Na hipótese de não serem acolhidas as sugestões anteriores</b> relacionadas ao item 1.5 e ao cancelamento da CDA, este item deverá ser alterado a fim de que seja incluída menção também à Execução Fiscal nº 0017185-23.2016.4.02.5101.  O texto final proposto seria o seguinte: "2.10 pagamento a ser realizado pela Petrobras à ANP corresponderá à quantia certa e total de R\$ 564.896.190,51 (quinhentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e seis mil, cento e noventa reais e cinquenta e um centavos) e se dará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira delas paga no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da Petrobras da homologação deste Acordo nas Ações Ordinárias nº 0032450-70.2013.4.02.5101 e 0033068-44.2015.4.02.5101, <b>bem como na Execução fiscal nº 0017185-23.2016.4.02.5101</b> , até o último dia útil dos meses subsequentes".	A sugestão coloca-se como alternativa ao não acolhimento das propostas anteriores, que preveem a alteração do item 1.5 e a inclusão de uma disposição determinando o cancelamento da Certidão de Dívida Ativa. Isso porque, caso não se admitam as propostas mencionadas, a redação do presente item ficaria incoerente com o texto atual do item 1.5, segundo o qual as partes pleitearão a extinção de todos os processos (incluindo a execução fiscal em questão) em razão da homologação judicial do acordo, e não apenas das Ações Ordinárias nº 0032450-70.2013.4.02.5101 e 0033068-44.2015.4.02.5101.
Dean William Carneis Petrobras	Inserção de um novo item	Inclusão de uma cláusula final, nos seguintes termos:  <b>CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS</b>  <b>4.1 A validade e eficácia do presente Acordo estão condicionadas à assinatura do contrato de concessão anexo.</b>	O objetivo da sugestão de alteração é deixar claro que a celebração do contrato de concessão é condição determinante para que o acordo alcance sua finalidade. Não há na minuta original disposição que deixe claro em que momento e em que condições o contrato de concessão será assinado pelas partes, de modo que o acréscimo proposto poderá conferir mais segurança jurídica aos interessados.
Dean William Carneis Petrobras	Anexos 3 e 4 (Petições para homologação judicial do acordo e extinção da execução fiscal respectivamente )	Correção das referências às cláusulas do Acordo, para que correspondam à numeração da versão atual da Minuta. Assim, onde se lê itens 1.9 a 1.12, as referências deverão ser atualizadas para 1.4 a 1.7 (ou para a numeração correspondente a esses itens após a consolidação das eventuais alterações da minuta). Especificamente em relação ao Anexo 4, onde se lê item 1.11, esse deverá ser substituído pela numeração a que for atribuída a disposição que trata do cancelamento da CDA (vide proposta de alteração especificamente relacionada a esse tema).	As petições correspondentes aos Anexos 3 e 4 da minuta de Termo de Acordo aparentemente foram elaboradas considerando versões anteriores da minuta e, em razão disso, fazem referência a itens que não mais existem (itens 1.9 a 1.12) na versão atual.  A proposta, portanto, visa à correção de meros erros materiais e não alteram substancialmente o conteúdo de tais documentos.
Dean William Carneis Petrobras	Item 1.2.10 do contrato de concessão	1.2.10. Descomissionamento de Instalações: conjunto de atividades associadas à interrupção definitiva da Operação das instalações, <b>ao abandono permanente e arrasamento de poços</b> , à remoção de instalações, à destinação adequada de materiais, resíduos e rejeitos e à recuperação ambiental da área	A atividade da SIX é uma mineração a céu aberto, portanto não há que se falar em abandono permanente e arrasamento de poços. O solo é removido para extração do xisto e, em seguida, o material retorna ao local e o solo é recomposto, inclusive, com a vegetação nativa (conforme descrito no item 1.2.31 do próprio Contrato).  Portanto, no caso da SIX, não será necessário desativar poços, retirar raisers e plataforma e tampouco remover dutos.  Portanto, a Petrobras sugere a exclusão da referência a poços na definição de descomissionamento de instalações para o contrato de concessão que regerá as Operações na SIX.
Dean William Carneis Petrobras	Item 2.12.1 do contrato de concessão	2.12.1. O encontro fortuito de outros recursos naturais que não relacionados ao objeto contratual deverá ser notificado à ANP no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis.	É importante que os prazos sejam contados em horas úteis, uma vez que os eventos podem acontecer em finais de semana ou feriados prolongados
Dean William Carneis Petrobras	Inserir item 6.10.1 no contrato de concessão	<b>6.10.1 O disposto no item 6.10 não se aplica a atividades já autorizadas previamente à celebração deste contrato de concessão pelas autoridades competentes.</b>	Este contrato de concessão abrange atividades que hoje são realizadas de forma rotineira pela SIX, e já contam com prévia autorização (Autorização ANP 102/2000 e Autorização ANP 577/2009), quais sejam: i) a retirada do Xisto da Jazida e o transporte até o local de beneficiamento do Xisto; (ii) os procedimentos necessários para que o Xisto beneficiado seja colocado dentro do Reator de Pirólise; (iii) a retirada do Xisto da Retorta após a pirólise; (iv) o deslocamento do Xisto retirado da Retorta de volta até o Depósito de Xisto; (v) a atividade de Recomposição do Depósito de Xisto; e (vi) o Processamento do Gás de Pirólise.  Requer-se, com a proposta de inclusão do subitem 6.10.1, que tais atividades continuem acontecendo normalmente no transcurso da elaboração e aprovação do Plano de Desenvolvimento, e que apenas novas atividades, que não estejam em curso, necessitem de autorização da ANP. Do contrário, tal exigência aumentaria significativamente a burocracia dos processos, podendo causar atrasos, ineficiências, custos adicionais e risco de penalizações para o concessionário, sem nenhum benefício aparente para o Poder Concedente.
Dean William Carneis Petrobras	Item 7.15 do contrato de concessão	7.15. Será permitida variação superior a tal percentual que decorra de motivos técnicos, <b>comerciais</b> , caso fortuito, força maior ou causas similares a serem avaliadas pela ANP.	A SIX produz derivados de petróleo e gás de xisto, portanto, a lava de xisto (e o volume de produção) depende diretamente do mercado para os produtos da SIX. Caso haja alguma restrição no mercado para tais produtos (por exemplo, a paralisação da indústria que consome o gás produzido na SIX), não será possível manter o mesmo volume produzido. Por isso, sugerimos incluir na redação do contrato a possibilidade de variações de produção em função de motivos comerciais.
Dean William Carneis Petrobras	Item 12.12 do contrato de concessão	<b>12.12.-O Concessionário apresentará garantia de Descomissionamento de Instalações, a partir da Data de Início da Produção, podendo, para tanto, utilizar-se de:</b> <b>a)- seguro garantia;</b> <b>b)- carta de crédito;</b> <b>c)- fundo de provisionamento financeiro; ou</b> <b>d)- outras formas de garantias, a critério da ANP.</b>  12.12. O planejamento e a execução de quaisquer operações de abandono, inclusive com relação a áreas, estruturas, Campos, linhas de Transferência, partes ou unidades de instalações, serão feitos de acordo com as melhores práticas da Indústria do Petróleo e em estrito cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos pela ANP. O planejamento do abandono e os mecanismos para disponibilizar os fundos necessários serão previstos no Plano de Desenvolvimento respectivo, de acordo com a cláusula sexta do presente contrato, e revistos periodicamente, ao longo da Fase de Produção.  12.13. O valor da garantia de Descomissionamento de Instalações de uma Área de Desenvolvimento ou Campo será revisado a pedido do Concessionário ou mediante solicitação da ANP, sempre que ocorrerem eventos que alterem o custo das Operações de Descomissionamento de Instalações.	Tendo em vista as peculiaridades do caso da SIX, a Petrobras propõe redação alternativa para o tema das Garantias de Descomissionamento condizente à previsão da Rodada Zero, que, alinhada às diretrizes da RANP 854/2021, atende plenamente ao escopo contratual da SIX.
Dean William Carneis Petrobras	Item 12.13 do contrato de concessão	<b>12.13.-O valor de garantia de Descomissionamento de Instalações de uma Área de Desenvolvimento ou Campo será revisado a pedido do Concessionário ou mediante solicitação da ANP, sempre que ocorrerem eventos que alterem o custo das Operações de Descomissionamento de Instalações.</b>	Excluir. Ver justificativa do item 12.12.
Dean William Carneis Petrobras	Item 12.14 do contrato de concessão	<b>12.14.-A garantia deve ser apresentada pelo Concessionário no montante suficiente para cobrir o custo previsto para o Descomissionamento de Instalações ou cobrir o valor calculado conforme Legislação Aplicável.</b>	Excluir. Ver justificativa do item 12.12.
Dean William Carneis Petrobras	Item 12.15 do contrato de concessão	<b>12.15.-No caso de garantia apresentada por meio de fundo de provisionamento:</b> <b>a)-o Concessionário deve apresentar à ANP, a cada ano, documentação comprobatória dos aportes realizados, bem como informar o saldo atualizado do fundo, conforme Legislação Aplicável;</b> <b>b)-a ANP poderá auditar o procedimento adotado pelo Concessionário na gestão do fundo de provisionamento;</b> <b>c)-o saldo apurado após a realização de todas as Operações necessárias ao Descomissionamento de Instalações do Campo reverterá exclusivamente ao Concessionário.</b>	Excluir. Ver justificativa do item 12.12.
Dean William Carneis Petrobras	Item 12.16 do contrato de concessão	<b>12.16.-A apresentação de garantia de Descomissionamento de Instalações não desobriga o Concessionário de realizar, por sua conta e risco, todas as Operações necessárias ao Descomissionamento de Instalações do Campo.</b>	Excluir. Ver justificativa do item 12.12.
Dean William Carneis Petrobras	Inserir item 12.20 no contrato de concessão	<b>12.20 A propriedade intelectual da tecnologia PetroSix e demais direitos correlacionados permanecerão como propriedade do Concessionário após toda e qualquer devolução, parcial ou total, da Área da Concessão:</b>	Toda propriedade intelectual de propriedade do concessionário aplicada nos processos objeto dessa concessão, bem como as propriedades intelectuais desenvolvidas e registradas durante a vigência da concessão devem permanecer em propriedade do concessionário, bem como seu direito de uso e licenciamento, mesmo após a devolução parcial ou total da concessão. Portanto sugerimos a inclusão do item.
Dean William Carneis Petrobras	ANEXO I do contrato de concessão	Incluir os parâmetros cartográficos da área de Concessão, conforme o Anexo 01 da presente contribuição.	O texto do contrato não contém as coordenadas, por isso, estamos sugerindo que sejam incluídas, conforme Anexo 01.



# INÍCIO EM INSTANTES

## Audiência Pública nº 20/2021

Acordo envolvendo o recolhimento dos *royalties* proveniente da produção de petróleo e gás proveniente de xisto

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

09 de novembro de 2021



# AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



## Objetivos

- Obter subsídios e informações adicionais sobre a minuta de acordo para encerramento da controvérsia envolvendo o recolhimento de royalties referentes à produção de petróleo e gás na Unidade de Industrialização do Xisto (SIX);
- Dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

## Consulta Pública

De 25 de outubro a 8 de novembro de 2021.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021

## **Integrantes da Mesa**

**Dirceu Cardoso Amorelli Junior**

Presidente da Audiência Pública

**Thiago Neves de Campos**

Secretário da Audiência Pública

**Evandro Pereira Caldas**

Procurador da Audiência Pública

# AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



## **Caberá ao Presidente da Audiência**

- Conduzir a audiência pública, podendo conceder e cassar a palavra, devendo manter a ordem, bem como determinar a retirada de pessoas que a perturbarem;
- Decidir, conclusivamente, as questões de ordem e as reclamações sobre os procedimentos adotados na audiência;
- Havendo necessidade de dados não disponíveis no local para atender a alguma questão formulada, o presidente poderá estabelecer que a resposta seja divulgada em até 72 horas após o término da audiência, na página eletrônica [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)



# AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



## Registro da Audiência Pública

- O secretário lavrará ata da audiência da qual constarão:
  - a. registro de todo o procedimento realizado na audiência; e
  - b. relatório com todos os comentários e sugestões recebidos e com a indicação de acolhimento ou não e suas razões.
- A súmula da audiência pública será subscrita pelo presidente e pelo secretário da audiência pública e - após aprovada pela Diretoria Colegiada - divulgada por meio da página eletrônica [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br).

# AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



## Programação

Início	Término	Atividade
14h00	14h15	Recepção e credenciamento dos participantes
14h15	14h30	Abertura da audiência pública pelo presidente
14h30	15h15	Exposição do tema pela unidade organizacional responsável
15h15	16h30	Pronunciamento dos expositores, por ordem de recebimento de inscrições
16h30	17h00	Debates e encerramento



# AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



## Orientações gerais

- O participante que se manifestar sem ter sido autorizado pelo presidente da Audiência Pública será advertido e, em caso de reincidência, será removido do ambiente de realização do evento;
- O participante que se manifestar de forma inadequada, por meio de palavras de baixo calão, de ofensas ou de forma exaltada, será removido do ambiente de realização do evento;
- Condutas inapropriadas ensejarão a remoção do participante do ambiente de realização do evento.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



## Orientações para participantes virtuais (I)

- A participação neste evento ocorre com a infraestrutura particular dos participantes;
- Problemas técnicos que impossibilitem a apresentação de expositores ou a entrada de participantes **NÃO** farão com que o evento seja postergado;
- Pedimos aos participantes que se identifiquem com nome e empresa/instituição no chat da reunião, para registro futuro na súmula e na lista de presença da audiência.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



## Orientações para participantes virtuais (II)

- Mantenha seu microfone e câmera desligados durante o evento;
- Somente abra a câmera e/ou o microfone quando a palavra lhe for concedida. A palavra poderá ser solicitada após as apresentações do presidente, do secretário e dos expositores inscritos, por meio do ícone "levantar a mão" do *Microsoft Teams*;
- Eventuais manifestações no chat da reunião não serão consideradas pela ANP para fins de instrução processual;
- Caso algum participante não consiga se expressar durante a audiência devido a problemas técnicos, poderá fazê-lo por meio do e-mail [consulta.audiencia.spg@anp.gov.br](mailto:consulta.audiencia.spg@anp.gov.br), no prazo de até 2 dias úteis contatos a partir do encerramento da audiência.



# AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021



## Orientações gerais - Expositores

- Para a presente Audiência Pública tivemos 20 expositores inscritos.
- Considerando o tempo disponível, cada expositor terá, no máximo, 04 minutos para efetuar sua apresentação;
- As perguntas deverão ser realizadas ao final das apresentações;
- Após a apresentação dos expositores serão concedidos 2 minutos para os participantes que levantarem a mão, sendo o período para manifestação limitado até às 17:00.

# Audiência Pública nº 20/2021

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
09 de novembro de 2021





# Audiência Pública nº 20/2021

**Thiago Neves de Campos**

Superintendente de Participações Governamentais

09 de novembro de 2021





# CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICAS Nº 20/2021



## **Assunto**

Minuta de acordo para encerramento da controvérsia envolvendo o recolhimento de royalties referentes à produção de petróleo e gás na Unidade de Industrialização do Xisto (SIX).

## **Objetivos**

- Obter contribuições sobre matéria regulatória de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis;
- Dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

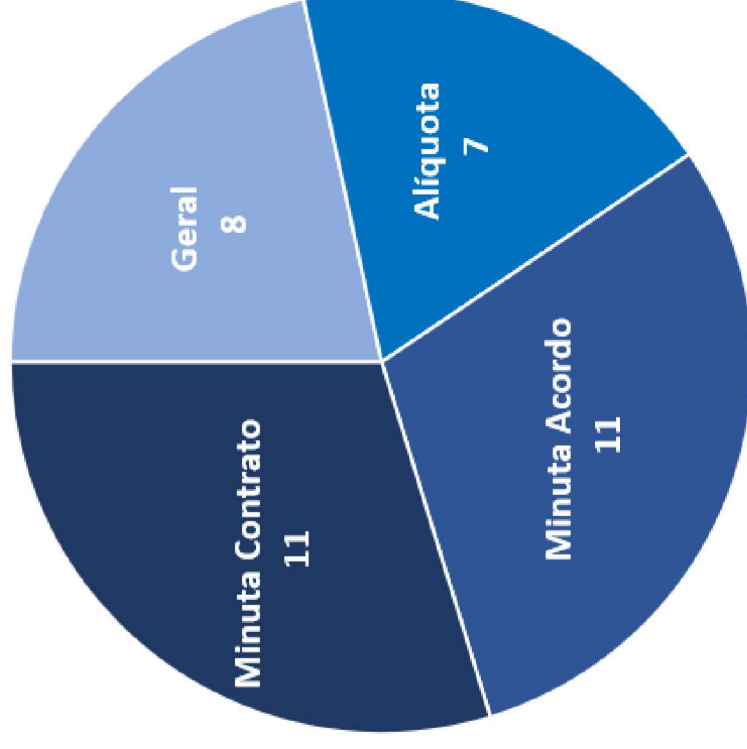
# CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

## Consulta Pública

De 25 de outubro a 8 de novembro de 2021

## Contribuições Recebidas

- 37 Contribuições
- 14 Manifestantes



# ROTEIRO DA APRESENTAÇÃO

- **Apuração e distribuição de royalties**
- **Histórico da controvérsia**
- **Minuta do Acordo**
- **Próximas Etapas**



# **Apuração e distribuição de royalties**

# APURAÇÃO DE ROYALTIES (I)

## O que são os royalties?

Os royalties são uma compensação financeira devida pelas empresas com produção de petróleo e gás natural no Brasil.

## Apuração :

- Apuração mensal
- Alíquota: 5% a 10%
- Distribuição: União / Estados / Municípios / Fundo Especial

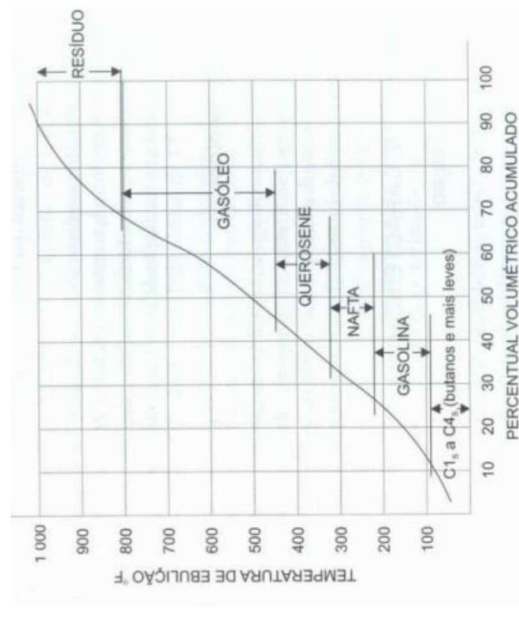
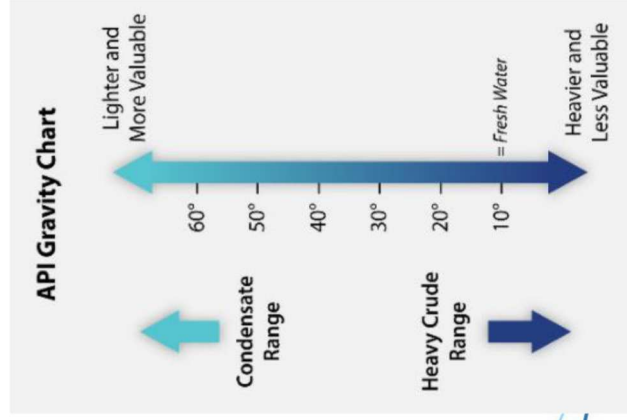
# APURAÇÃO DE ROYALTIES (II)

Royalties (R\$) = Alíquota (%) x Receita Bruta (R\$)

Receita Bruta (R\$) = Volume (m<sup>3</sup>) x Preço de Referência (R\$/m<sup>3</sup>)

## Preço de Referência:

- **Produto não homogêneo** → diferentes óleos são comercializados por preços distintos de acordo com sua qualidade e demanda do mercado
- **Grau API** → mede a densidade relativa dos óleos
- **Ponto Ebulição Verdadeiro (Curva PEV)** → define as frações de compostos leve, médio e pesado e seus pontos de corte

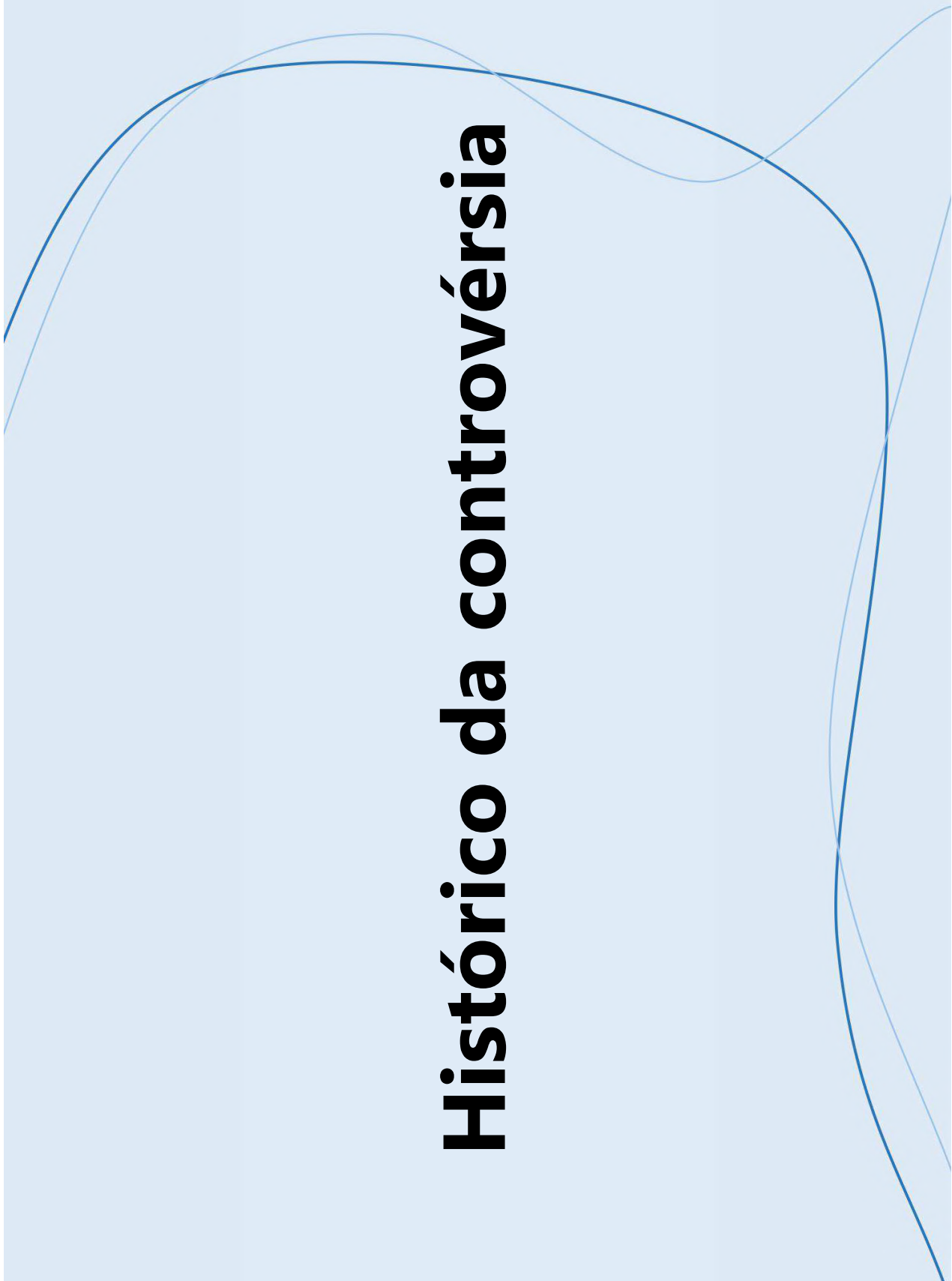




## DISTRIBUIÇÃO DE ROYALTIES – CAMPOS TERRESTRES

<b>Beneficiários</b>	<b>Lei 7.990/89 (5%)</b>	<b>Lei 9.478/97 (5-10%)</b>
<b>Estados</b>	70,0%	52,5%
<b>Municípios</b>	20,0%	15,0%
Municípios com Instalações de Embarque e Desembarque	10,0%	7,5%
<b>União</b>	-	25%

# **Histórico da controvérsia**

The background of the slide features several thin, flowing blue lines that create a sense of movement and depth. These lines are layered, with some appearing in front of others, and they curve and swirl across the light blue background, framing the central text.

# HISTÓRICO DA CONTROVÉRSIA (I)

## Definição de competência Regulatória

- Lei 9.478/97 trouxe novo Marco Legal para o setor de Petróleo e revogou a Lei 2.004/53, porém deixou de haver menção expressa à lavra de xisto;
- Necessidade de dar clareza jurídica sobre a competência regulatória (ANP ou DNPM) e incidência de *royalties*;
- Para não interromper a atividade foi publicada a Autorização ANP nº 102/2000;
  - Questão dos *royalties* não foi tratada neste momento
- Em outubro 2012, foi emitido Despacho do Ministério de Minas e Energia (MME) contendo entendimento conclusivo sobre a incidência de *royalties* quanto a produção de petróleo e gás proveniente de xisto e encaminhamento para ANP realizar a cobrança.




# HISTÓRICO DA CONTROVÉRSIA (II)

## Cobrança de royalties sobre a produção de petróleo e gás proveniente de xisto pela ANP

- Em novembro/2012 a ANP determinou à Petrobras:
  - recolhimento de *royalties*
  - reporte mensal volume de produção
  - envio da análise laboratorial da qualidade do óleo: grau API, curva PEV e teor enxofre
  - envio da análise composicional do gás de xisto
- A partir da produção de dezembro de 2012, a Petrobras passou a recolher *royalties* sobre a produção de óleo e gás proveniente de xisto à alíquota de 5%;
- Em janeiro de 2013 a Resolução de Diretoria ANP nº 697/2013 determinou a cobrança retroativa de *royalties*.

# HISTÓRICO DA CONTROVÉRSIA (III)

## Cobrança de *royalties* retroativos (dez/2002 – nov/2012)

- Auto de Infração nº 804-110-0733-291971 (16/08/2013)
- Parecer nº 311/2013/PF-ANP/PGF/AGU:
  - Período: dezembro/2002 a novembro/2012
  - Alíquota: 10%
- Preço de Referência: maior preço do país
- Valor: R\$ 211 milhões (principal) + juros e multa mora (PANP 234/2003)  Valor a ser distribuído aos beneficiários
- Petrobras ingressou com demanda judicial (Ação Ordinária nº 0032450-70.2013.4.02.5101)
- Inscrição na Dívida Ativa - CADIN (encargos legais 20%)

# HISTÓRICO DA CONTROVÉRSIA (IV)

## Multa administrativa ANP

- Auto de Infração nº 804-110-0733-434715 (28/05/2014)
- Empresa não efetuou tempestivamente o pagamento dos royalties retroativos cobrados no AI nº 04-110-0733-291971
- Multa 50% do valor devido (Art. 6º PANP 234/2003)
- Valor: R\$ 188 milhões (principal) + juros e multa mora (PANP 234/2003)
- Petrobras ingressou nova demanda judicial (Ação Ordinária nº 0033068-44.2015.4.02.5101)

Valor NÃO  
distribuído  
aos

beneficiários





# HISTÓRICO DA CONTROVÉRSIA (V)

## Cobrança alíquota adicional de 5% a partir de dezembro/2012

- Desde produção de dezembro/2012 a Petrobras vem pagando royalties na alíquota de 5%
- Parecer nº 311/2013/PF-ANP/PGF/AGU:  
*"à falta de contrato reduzindo o percentual, deve ser utilizado o índice geral de 10% (dez por cento)"*
- Cobrança adicional ainda não materializado em Auto de Infração na expectativa da definição de entendimento pelo poder judiciário.

# HISTÓRICO DA CONTROVÉRSIA (VI)

## Tratativas para encerramento das controvérsias judiciais

- Em março/2018 a Petrobras solicitou suspensão do processo judicial para possibilitar tratativas de acordo no âmbito administrativo;
- Ampla discussão técnica e jurídica entre ANP e Petrobras levou ao consenso de:
  - incidência de *royalties* e alíquota de 10% na inexistência de contrato;
  - apuração dos valores de *royalties* a partir dos preços mais próximos da qualidade do óleo e do gás de xisto;
  - aplicação dos encargos legais sobre a cobrança.
- Acordo abrange a assinatura de contrato de concessão, de modo a garantir a continuidade da execução da atividade;
- Solução definitiva das controvérsias administrativas e judiciais envolvendo o recolhimento de *royalties*.

# Minuta do Acordo

The background of the page features several thin, flowing blue lines that create a sense of movement and elegance. These lines are positioned around the central text, with some arching over the top and others curving under the bottom, framing the title.

# MINUTA DO ACORDO (I)

## Objeto

- Encerramento de todos os processos administrativos e judiciais relacionado à cobrança de royalties sobre a produção de óleo e gás de xisto na Unidade SIX ;
- Celebração de Contrato de Concessão em substituição à Autorização ANP nº 102/2000;
- Petrobras efetuará o pagamento de R\$ 564 milhões\*, sendo:
  - i. Royalties retroativos (dez/02 – nov/12): R\$ 373 milhões
  - ii. Royalties adicionais de 5% (dez/12-atual): R\$ 117 milhões
  - iii. Encargos Inscrição CADIN: R\$ 74 milhões
- Pagamento em 60 parcelas (atualizadas pela SELIC)



# MINUTA DO ACORDO (II)

## Royalties Retroativos (dez/2002 - nov/2012)

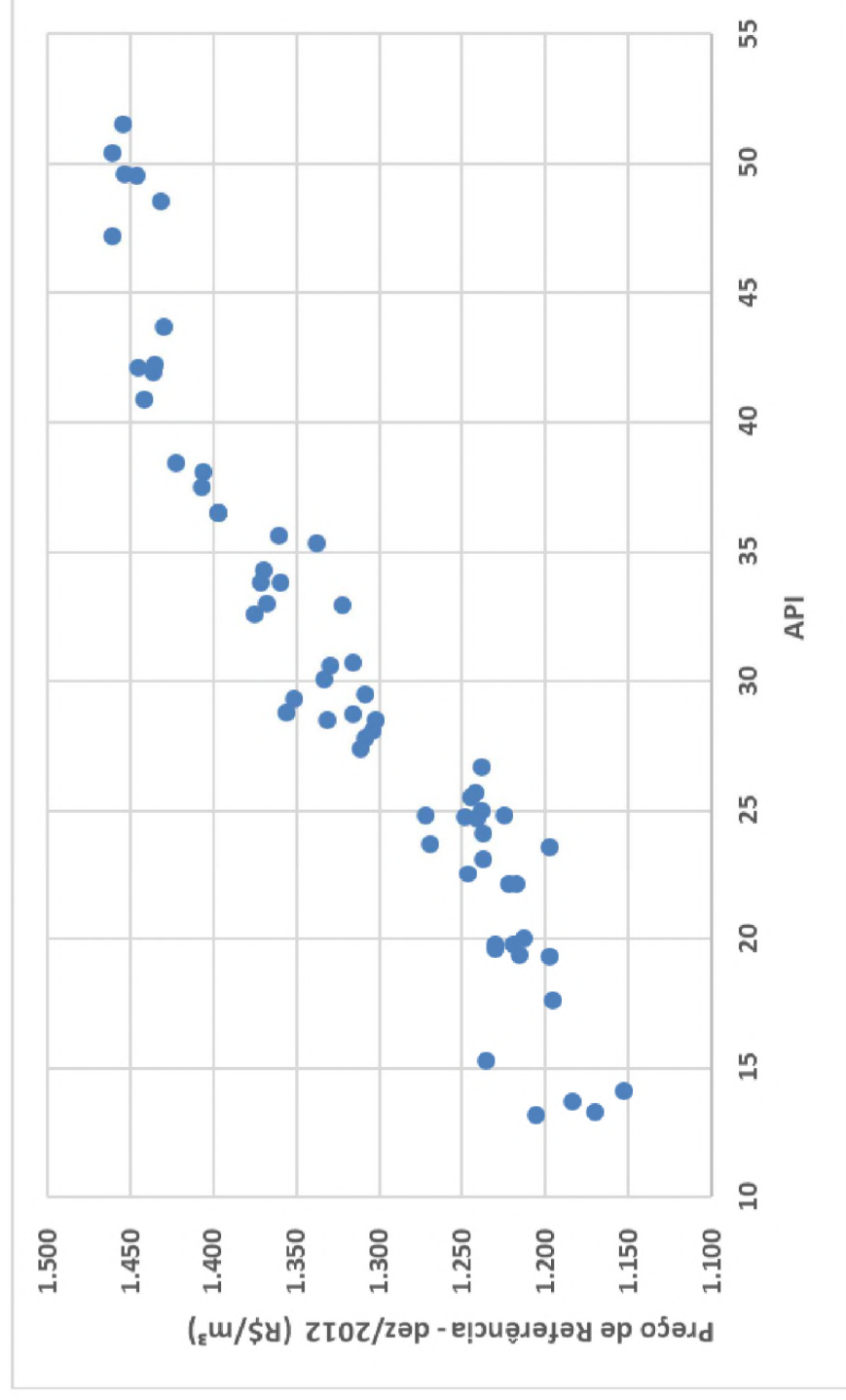


- Auto de Infração apurou o valor da produção para fins de cálculo dos *royalties* retroativos considerando o maior preço do país
- Somente em outubro/2012 adveio um entendimento conclusivo sobre a incidência de *royalties* na lavra do xisto;
- Em novembro/2012 a ANP determinou o envio da análise laboratorial do óleo (API + PEV) e cromatografia do gás;
- Criação da corrente Óleo de Xisto – UO SIX – SÃO MATEUS DO SUL com efetividade a partir de dezembro/2012.

# MINUTA DO ACORDO (III)

## Royalties Retroativos (dez/2002 - nov/2012)

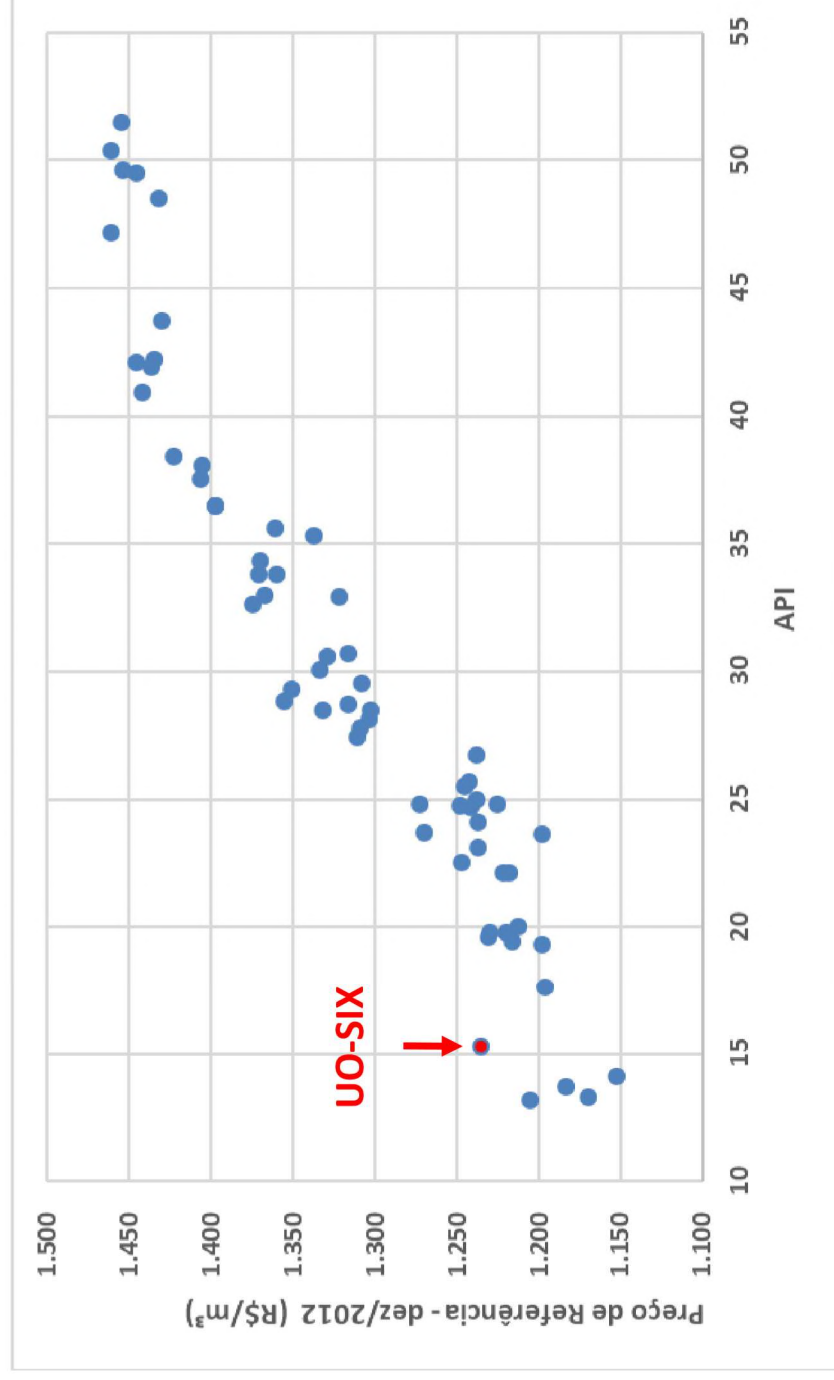
Forte Correlação entre o preço de referência e a qualidade do óleo



# MINUTA DO ACORDO (IV)

## Royalties Retroativos (dez/2002 - nov/2012)

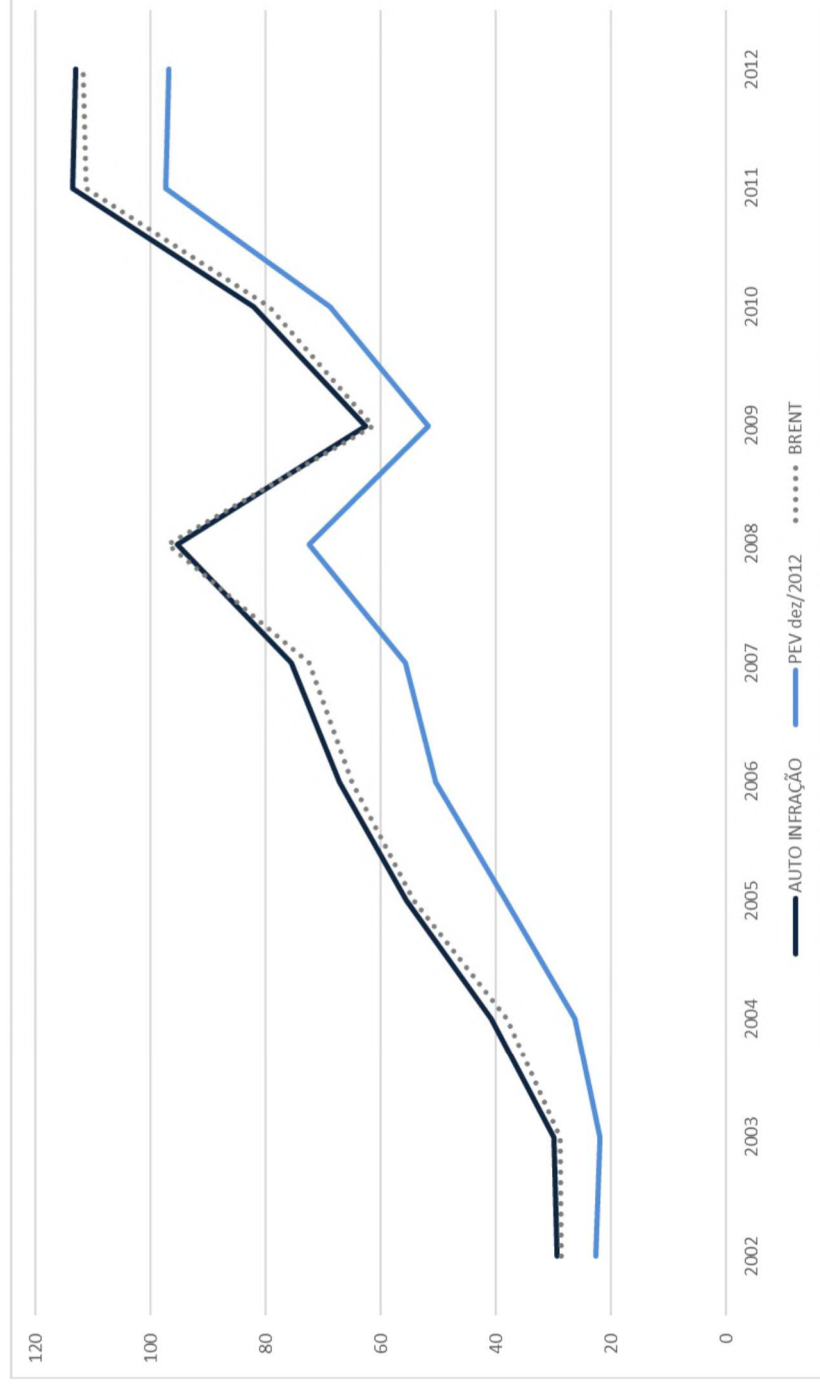
Óleo de xisto é considerado pesado e de baixo valor de mercado



# MINUTA DO ACORDO (V)

## Royalties Retroativos (dez/2002 - nov/2012)

A partir das características físico-químicas do óleo e gás de xisto da corrente UO SIX, de dezembro/2012, foram recalculado os preços de referência retroativos





# MINUTA DO ACORDO (VI)

## Royalties Retroativos (dez/2002 - nov/2012)

- Com o recálculo dos preços de referência, foram apurados novos valores para a produção e consequentemente os royalties devidos
- Parâmetros de cálculo:
  - Período: dezembro/2002 a novembro/2012
  - Alíquota: 10%
  - Preço de Referência: PEV da corrente UO SIX
- Valor: R\$ 156 milhões (principal) + juros e multa mora (PANP 234/2003)

**Valor a ser  
distribuído aos  
beneficiários**

# MINUTA DO ACORDO (VII)

## Royalties adicionais de 5% (dez/12-atual)

- Cobrança adicional de 5% sobre os royalties recolhidos desde dezembro/2012
- Parâmetros:
  - Período: dezembro/2012 até assinatura do Acordo
  - Alíquota: adicional de 5%
  - Preço de Referência: publicado pela ANP
- Valor: R\$ 78 milhões (principal\*) + juros e multa mora (PANP 234/2003)

**Valor a ser  
distribuído aos  
beneficiários**



# MINUTA DO ACORDO (VIII)



## Resumo dos valores devidos de royalties e distribuídos aos beneficiários

(R\$ milhões)	CONTROVÉRSIA				ACORDO			
	Principal	Principal + juros/multa*	Estado Paraná	São Mateus do Sul	Principal	Principal + juros/multa*	Estado Paraná	São Mateus do Sul
Royalties retroativos (10%) Dez/02 — nov/12	211	504	309	88	157	373	228	65
Royalties adicionais (5%) Dez/12 — atual**	78	117	61	18	78	117	61	18
<b>TOTAL</b>					<b>290</b>			
<b>PARCELA (60X)</b>					<b>4,8</b>			

\* Atualizado até set/2021;

\*\* Até produção de jun/2021

# MINUTA DO ACORDO (IX)

## Encargos de Inscrição na Dívida Ativa

- Encargos legais correspondem a 20% do valor atualizado do débito
- Recálculo dos *royalties* retroativos = R\$ 373 milhões\* → 20% = **R\$ 74 milhões**

## Multa administrativa ANP

- Considerando que:
  - Multa administrativa está diretamente relacionado com o Auto de Infração da cobrança dos *royalties* retroativos;
  - Recálculo o valor dos *royalties* retroativos;
  - Valor da multa administrativa não é distribuídos aos beneficiários;
- No âmbito do acordo, valor da multa não seria inserido no montante a ser pago pela Petrobras



# MINUTA DO ACORDO (X)



## Minuta do Contrato de Concessão

- Lei do Petróleo (Art. 23) determina que as atividades de E&P de petróleo e gás natural serão exercidas mediante contrato de concessão;
- Assinatura do Contrato de Concessão de forma concomitante com o Acordo;
- Foi utilizado como parâmetro o Contrato da Rodada Zero com os aprimoramentos do contrato mais recentes (17ª Rodada).

# MINUTA DO ACORDO (XI)

## Minuta do Contrato de Concessão

- Objeto:  
Operações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás proveniente de Xisto
- Prazo:  
27 (vinte e sete) anos.
- Alíquota de Royalties:  
5% (cinco por cento)

# MINUTA DO ACORDO (XII)

## Alíquota de Royalties



Lei 9.478/97

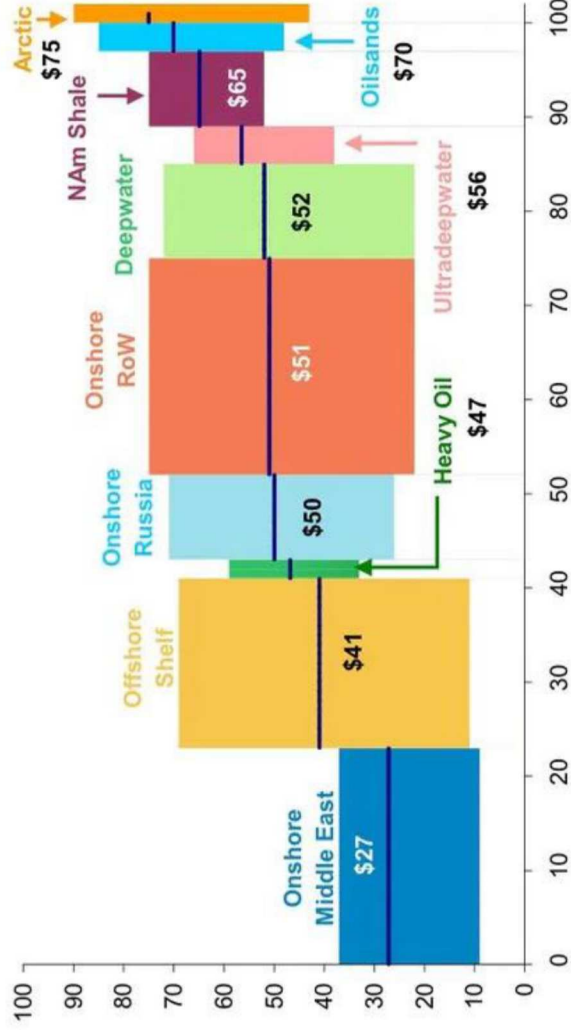
Art. 47. Os royalties serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a dez por cento da produção de petróleo ou gás natural.

§ 1º Tendo em conta os **riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes**, a ANP poderá prever, no edital de licitação correspondente, a redução do valor dos royalties estabelecido no caput deste artigo para um montante correspondente a, **no mínimo, cinco por cento da produção**.

# MINUTA DO ACORDO (XIII)

## Alíquota de Royalties

- A produção do óleo e gás objeto deste contrato provém de uma acumulação não convencional (Xisto, ou folhelho pirobetuminoso);
- O processo da lavra envolve tecnologia avançada e de maiores custos operacionais;



Source: Rystad Energy, Morgan Stanley Commodity Research estimates



# MINUTA DO ACORDO (XIV)

## Alíquota de Royalties

- Programa REATE definiu como objetivo estratégico:
  - revitalizar as atividades de E&P em áreas terrestres;
  - estimular o desenvolvimento local e regional;
  - aumentar a competitividade da indústria petrolífera *onshore* nacional; e
  - adequar os percentuais de *royalties* de novos contratos aos ambientes de elevado risco exploratório e baixo potencial petrolífero;
- a produção da UO-SIX é baixa comparada aos principais campos produtores de petróleo e gás natural do país;
- os blocos em oferta na bacia do Paraná no Edital do Segundo Ciclo de Oferta Permanente estão sendo licitados com alíquota de *royalties* de 5%.



**REATE 2020**

# Próximas Etapas

The background of the slide is a solid light blue color. Overlaid on this background are several thin, dark blue, wavy lines that flow across the frame from left to right, creating a sense of movement and fluidity.

## PRÓXIMAS ETAPAS

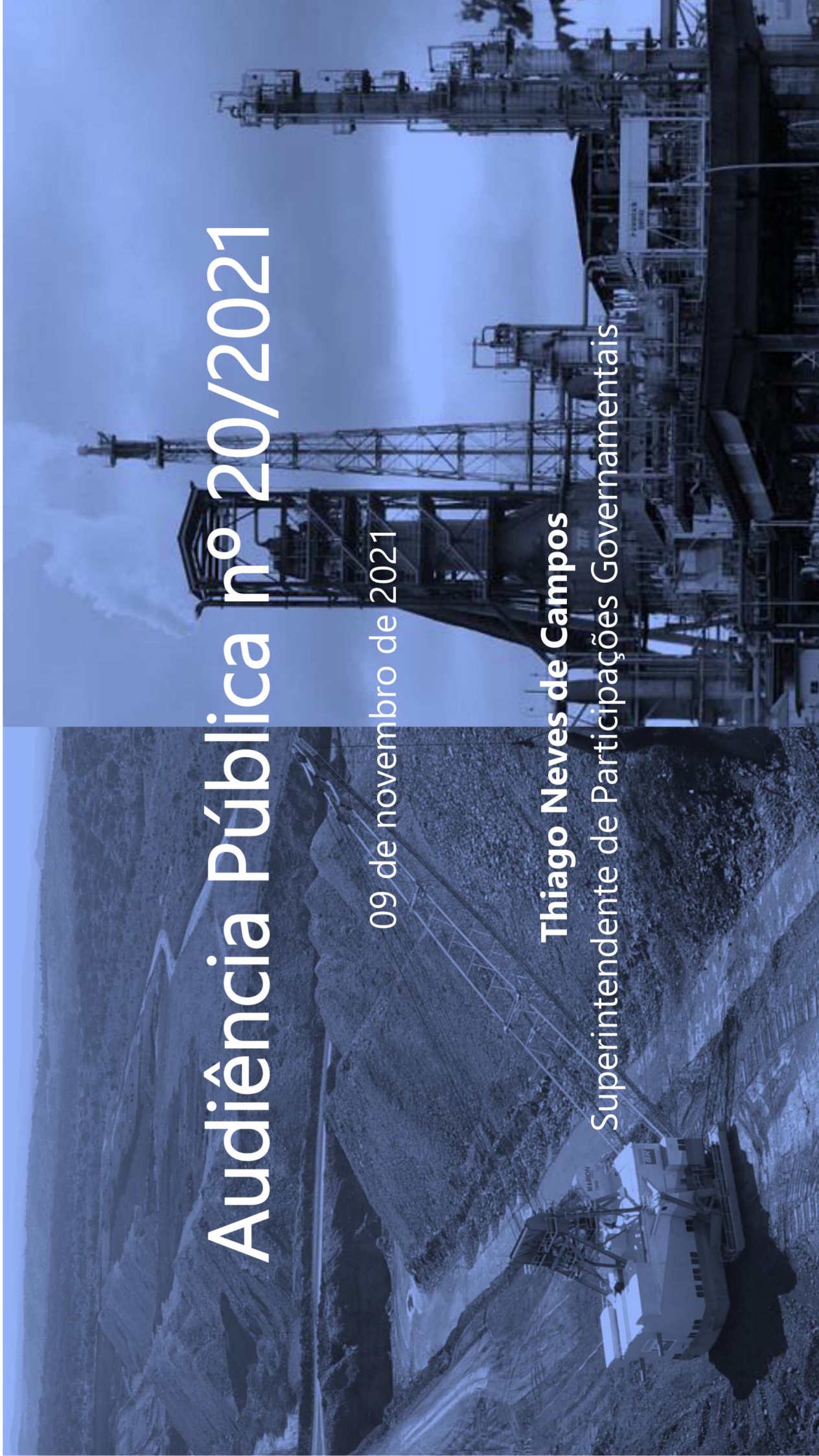




# Audiência Pública nº 20/2021

09 de novembro de 2021

**Thiago Neves de Campos**  
Superintendente de Participações Governamentais





# Audiência Pública 010/2021

Acordo  
para encerramento da  
controvérsia sobre  
royalties e celebração de  
contrato de concessão

09/11/2021

# Histórico

- a. Lei do Petróleo (1997) omissa com relação a royalties de xisto;
- b. Pagamento de royalties (com alíquota de 5%) inicia em dez/2012, após manifestação da ANP de nov/2012.
- c. Divergências entre Petrobras e ANP a respeito da competência regulatória (2013/2014/2015)
  - Autos de Infração
  - Multas
  - Processos Judiciais sem expectativa de solução no curto e médio prazos
- d. Aproximação com ANP para convergência e solução amigável (2017);
- e. Suspensão dos Processos Judiciais para negociação (2018);
- f. Processo Negocial (2019 a 2021)
- g. Apresentação da proposta pela ANP (ora em análise) em julho/2021



# Por que firmar um Acordo?

- a. Retirada de todas as demandas de parte a parte.
  - não assinatura do acordo implicará na continuidade das ações, as quais a Petrobras não poderá abrir mão
- b. Disciplinar a pesquisa e lavra de xisto pela SIX
- c. Celebrar contrato de concessão
- d. Eliminar insegurança regulatória
- e. Pacificar a questão da alíquota de royalties aplicável à lavra de xisto
- f. Quitar todos os passivos

# Contrato de Concessão

- ➡ Maior segurança jurídica e regulatória
- ➡ Estabilidade para operação do ativo

- a. Definição da área de lavra
- b. Prazo de 27 anos (prorrogável)
- c. Royalties de 5%



# Posicionamento da Petrobras

- a. O Acordo é justo e adequado, resolvendo de forma consensual a controvérsia em referência
- b. A alíquota de 5% aplicada ao contrato de concessão cumpre os requisitos do §1º do Art. 47 da Lei 9.479/1997
  - riscos geológicos/expectativas de produção/outras fatores pertinentes
- c. Entendemos que o Acordo é bom para todos os envolvidos:
  - **ANP** -> Consolida marco regulatório referente às operações de lavra de xisto
  - **Petrobras** -> Encerra pendência com ANP/celebra contrato de concessão
  - **União/Estado/Município** -> Consolidação da regulação para a atividade e recebimento de montantes significativos, calculado de acordo com critérios técnicos

